

HOMEM E SOCIEDADE

Módulo 1 - O fenômeno ser humano uma espécie diferente

A Antropologia Social é uma das ciências da sociedade, voltada à compreensão do comportamento humano orientado pela cultura. Você vai encontrar textos que apresentam conceitos fundamentais para essa abordagem e permitem discutir e compreender, como a cultura modela cada uma das nossas ações e até mesmo pensamentos.

Aprofundar esse conhecimento do conceito de cultura permite compreender a nossa vida em sociedade, como uma fonte inesgotável de mudanças que podem ser orientadas de acordo com objetivos pessoais e de grupos. Conhecer o comportamento humano da perspectiva da cultura, possibilita -nos a análise de muitas situações de uma perspectiva enriquecida pela diversidade. Capacidade comunicativa, trabalho em equipe e desenvoltura social são habilidades que podem ser desenvolvidas conforme ampliamos a compreensão sobre a cultura.

Você terá a oportunidade de entrar em contato com conceitos da Antropologia, como: socialização, diversidade cultural, etnocentrismo, relativismo cultural, identidade cultural, reciprocidade, e perceber como eles se aplicam à nossa vida cotidiana e ao mundo do trabalho e das relações interpessoais.

Ao iniciar com o conhecimento sobre as origens humanas e o surgimento da cultura, chegaremos a destaques atuais como a Globalização e as relações entre diferentes povos.

Objetivos gerais

A Antropologia é uma ciência que possibilita o desenvolvimento de muitas habilidades profissionais e pessoais. Por seus conceitos e estendendo-os a compreender a vida cotidiana, é possível:

- Um enriquecimento social, cultural, afetivo e cognitivo do estudante;
- Comparar, contrastar e desenvolver temáticas ou perspectivas presentes em outras áreas do conhecimento de sua formação específica;
- A integração e o aproveitamento de saberes, tradições e experiências dos vários membros componentes das comunidades de seu trabalho, moradia ou lazeres;
- Desenvolver capacidades como autonomia para seleção, avaliação e utilização das informações obtidas, possibilitando uma maior capacidade crítica na tomada de decisões em vários contextos da vida;
- Ampliar a participação cidadã do estudante pelo aprofundamento de capacidades críticas, para avaliar a importância das mudanças e das reproduções de situações no mundo atual;
- Valorizar a importância da diversidade cultural, do conhecimento mútuo e da autonomia, visando incrementar a consciência e o respeito da diferença.

1.1 SER HUMANO, CULTURA E SOCIEDADE

Principais conceitos: cultura, natureza, socialização.

Objetivo:

Neste item será abordada a natureza social do ser humano, e vamos observar nas características de comportamento de nossa espécie o que é inato (natural) e o que é adquirido. Esse debate é comum em nossa vida social, pois procuramos respostas para fenômenos, como criminalidade, genialidade ou heroísmo. O que determina que algumas pessoas desenvolvam comportamentos desses tipos? É sua “natureza”? É influência do meio social?

Para as Ciências Sociais, somos “animais culturais” capazes de produzir conhecimento, mas dependentes do aprendizado social que é a socialização. Pela compreensão de conceitos, como cultura, natureza, socialização, temos uma nova perspectiva do comportamento humano.

Introdução:

Desde o surgimento de nossa espécie no Planeta, observamos que o ser humano surpreende por suas capacidades de inteligência, de organização social e de adaptação em diferentes ambientes naturais. Essa diferença em relação às outras espécies foi garantida pelo desenvolvimento de nossas habilidades sociais e culturais.

Veremos como a cultura, a natureza humana e os processos de socialização relacionam-se em nossa espécie, para determinar nosso comportamento.

Ser humano, cultura e sociedade:

O ser humano é uma espécie de sucesso atualmente; somos seis bilhões e meio de habitantes no Planeta. Devemos essa condição a nossos ancestrais que, há milhões de anos, desenvolveram a capacidade de adaptar-se a novos ambientes e vencer predadores mais fortes e velozes com armas que os fizeram imbatíveis: a comunicação, a cooperação, a capacidade de estabelecer regras de convívio coletivo. Tudo isso só foi possível uma vez que o comportamento humano, diferente de outras espécies que vivem coletivamente, é orientado pela cultura ao invés do instinto.

Hoje, cercados das comodidades culturais em uma sociedade moldada pela tecnologia e seu parceiro, o mercado, fica difícil nos imaginarmos como de fato somos: um animal cultural. Somos a única espécie a desenvolver um ambiente totalmente controlado para sobreviver, que são as cidades, e talvez, por isso, esquecemos uma dimensão constitutiva de nosso ser: os instintos.

Pense em você mesmo como um animal e como seria se não precisasse obedecer a NENHUMA regra de comportamento social! Além de sua aparência totalmente selvagem e seguindo apenas seus impulsos mais naturais, provavelmente não seria possível manter convivência durante muito tempo com outros da sua espécie, pois os conflitos de interesse seriam constantes.

Perceba como essa definição de cultura abrange todo tipo de comportamento que nos torna parte da HUMANIDADE. O fato de nascer um homo sapiens sapiens não nos garante que sejam desenvolvidas habilidades e hábitos ou uso racional da inteligência. Humanidade é história, conhecimento, organização social, instituições e tudo que produzimos, enquanto seres dotados de CULTURA.

Somos uma espécie modelada pela cultura. Substituímos o comportamento dos impulsos instintivos (preservação da espécie pela alimentação, reprodução e abrigo) pelas regras de conduta social. Apenas dessa forma nossos antepassados puderam deixar uma

herança importantíssima, baseada na acumulação de conhecimentos, nas tradições e nos laços sociais.

Antropologicamente, a cultura foi definida pela primeira vez no século XIX (1871) por Edward Tylor, como “um conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a lei, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”.

Vamos ao que é muito importante, ressaltar nessa definição antiga de Tylor – a caracterização da cultura, como resultado de processos de aprendizagem.

Nenhum de nossos padrões de comportamento coletivo é herdado geneticamente; eles são adquiridos e para isso dependemos do convívio com o meio social. Quando nascemos, não temos “tendências naturais” a esta ou aquela crença nem a este ou aquele tipo de alimentação. Tudo em nossa vida coletiva, desde a língua com a qual nos comunicamos, os hábitos rotineiros de alimentação e vestuário, nossa noção de moral, enfim, tudo que compartilhamos ao viver em sociedade, e que podemos observar que se repete na maioria dos indivíduos de nosso grupo, é resultado de um processo de aprendizagem da cultura que denominamos socialização.

Socialização:

“O processo por meio do qual o indivíduo aprende a ser um membro da sociedade é designado pelo nome de socialização.” (BERGER, P.L. e BERGER, B. Socialização: como ser um membro da sociedade, 1975)

Esses autores exploraram os processos de aprendizado da vida social, demonstrando que quase tudo em nosso comportamento precisa ser modelado desde os primeiros momentos de vida, processo esse que não termina nunca. Em cada fase de nossa vida social, somos exigidos a adquirir novos padrões que nos permitem conviver em coletividade. Podemos concluir que a socialização compreende todas as formas de aprendizado em sociedade. Isso tem início com as exigências das condutas dentro da família que é nossa primeira experiência de vida social, estendendo-se depois aos contatos sociais cada vez mais amplos, como a escola, a vizinhança, as amizades, o ambiente profissional, a vida religiosa, a participação em associações ou clubes, os lazeres e assim por diante.

Pode -se dizer, ainda, que a socialização é uma forma de educação, mas vai para além dela. Mesmo em contextos nos quais as pessoas não têm consciência de que estão-se educando mutuamente, o contato social indica formas esperadas de comportamento. Assim, podemos interagir com os outros, sabendo seguramente que, de acordo com nossa conduta pessoal, podemos esperar um ou outro tipo de resposta. Como exemplo, se nos dirigimos com bons modos a alguém, esperamos ter o mesmo tipo de tratamento, ao passo que, ao sermos agressivos, podemos esperar também uma reação agressiva. Ou, ainda, quando adotamos uma religião, uma nova turma de amigos, um grupo praticante de esportes, aprendemos como nos comportar, como pensar sobre o assunto, como interagir com os outros membros do grupo.

Sem que tenhamos consciência, estamos sendo socializados nesses meios.

Você já percebeu como a educação infantil transforma um pequeno animal sapiens em um ser dotado de capacidade de conviver em grupo? As crianças não possuem naturalmente noções, como respeito, compartilhamento, contenção de emoções, altruísmo

ou mesmo higiene pessoal. Tudo precisa ser aprendido e reforçado, para criar um padrão de comportamento social.

Veja como a socialização não acontece apenas na infância; durante toda a nossa vida somos socializados, aprendendo em cada novo contexto social do qual participamos, as regras de participação. No ambiente de trabalho, em clubes, em grupos de amigos ou festas e comemorações, dependemos de um processo de adaptação ao grupo.

De acordo com a nossa cultura e a socialização, controlamos até mesmo os horários de fome, a postura corporal e os gestos, os hábitos de higiene pessoal e formas de tratamento da saúde e assim por diante. Ou seja, a cada cultura corresponde um padrão diferente de realizar todas essas coisas necessárias à vida social, que consideramos “normal” todos fazerem. Nenhuma dessas condutas é inata, ou seja, componente da nossa natureza. Aprendemos cada um dos procedimentos de conduta pessoal que possibilite o convívio coletivo de acordo com padrões herdados e modificados constantemente.

O curioso é que, a partir do momento em que tornamos rotina ou hábito cada um desses procedimentos, passamos a encarar como “natural” e esquecemos que dependemos do contato com a sociedade, para adquirir conhecimentos, crenças, moral, leis, entre outros.

Ao voltar ao conceito de cultura de Edward Tylor, percebemos que, apesar de a cultura ser um todo complexo adquirido a cada um de nós “enquanto membro da sociedade”, esquecemos que somos um “animal cultural”. A cultura tem uma influência tão profunda em nossa forma de encarar o mundo, que pensamos, durante a maior parte do tempo, ser tudo “natural”. De fato, ao nascer um indivíduo da espécie *homo sapiens sapiens*, somos dotados de potencialidades inatas, como: linguagem, inteligência, postura bípede, entre outros. Entretanto, nenhuma dessas características desenvolve-se “naturalmente”. Precisamos dos estímulos do meio, para que cada uma delas seja utilizada, desenvolvida e lapidada.

Existem alguns exemplos históricos capazes de sugerir que nossa espécie é totalmente dependente da influência do meio para desenvolver comportamento humano. São as chamadas “crianças selvagens” ou “meninos-lobo”. Essas crianças foram assim denominadas, pois, em decorrência de razões desconhecidas, viram-se abandonadas em florestas ou lugares isolados, sem qualquer contato com nenhum outro ser humano, talvez, desde que eram, ainda, bebês. Encontradas em idades mais avançadas, elas costumam apresentar um comportamento totalmente “animal”, sem nenhum traço que permita lembrar que são seres humanos.

Os casos mais conhecidos são das irmãs Amala e Kamala, encontradas na Índia em 1920. Ambas se alimentavam de carne crua ou podre, emitiam ruídos ao invés de utilizarem linguagem, andavam apoiadas nos quatro membros usando os cotovelos para trajetos curtos e não apresentavam sinais de afetividade.

Ao analisar esses casos, muitos cientistas concluem que o ser humano é um “animal cultural” em potencial; nascemos com todas as características que nos habilitam ao comportamento que nos caracteriza. Entretanto, precisamos do estímulo da vida em sociedade que exige o desenvolvimento de capacidades como inteligência, comunicação e cooperação. Para exercitar essas capacidades, precisamos de modelos, exemplos que podem ser seguidos. A cultura é exatamente esse modelo.

Ao sermos socializados em uma cultura, aprendemos sempre e gradativamente como utilizar o corpo, o intelecto, a emoção e as regras de convívio social. Por isso faz sentido a um mulçumano autoflagelar-se quando morre um líder político, expressando todo seu pesar e sofrimento; todos esperam de seus colegas esse comportamento. Entretanto, em nossa cultura, padrões, valores e hábitos são bem diferentes; nossa reação à morte de políticos

não segue esse tipo de conduta. Podem ser dados muitos outros exemplos como esse, assim percebemos como a cultura e os processos de socialização modelam nossa forma de perceber o mundo e agir em cada situação.

Em cada cultura, esses padrões de comportamento coletivo variam imensamente, e quase não temos exemplos que nos permitam afirmar que cultura faz parte da nossa natureza. Se fosse “natural” o nosso comportamento, ele não sofreria tanta variação de um lugar para o outro e de uma época para a outra, pois seguiríamos uma orientação única. Entretanto, a imensa diversidade cultural humana reforça a tese segundo a qual a cultura é resultado da interação do indivíduo com seu grupo social. Ao mesmo tempo em que aprendemos e reproduzimos nossa cultura, colaboramos para suas mudanças ou para manter hábitos e tradições.

Perceba que, mesmo nascendo com todas as características humanas, como inteligência e capacidade de fala, dependemos totalmente do aprendizado e do convívio social, para desenvolvermos e utilizarmos todas elas.

Portanto, quando você fizer sua próxima ação, seja ir buscar um café para dar uma pausa nos estudos ou trabalho, seja responder a um pedido de seu chefe, pode-se lembrar de que somos resultado de uma cultura e compreender seus mecanismos possibilita-nos uma nova visão sobre os fenômenos humanos.

1.2 A relação entre indivíduo e sociedade:

Até que ponto somos produto do meio, e até que ponto somos produto de uma herança genética? Qualquer cientista da área das Ciências Médicas e Biológicas tende a responder a isso dando ênfase às nossas características inatas, ou seja, que nascem conosco e podem definir tendências de comportamento.

Por outro lado, as ciências humanas procuram enfatizar a importância do meio social, como modeladora das capacidades inatas, que podem ou não se desenvolverem ao longo da vida de cada um de nós. Para resolver esse impasse, precisamos considerar que nenhuma dessas ciências pode afirmar, com plena certeza, todas as características do comportamento humano, pois ainda há muito a ser pesquisado e compreendido. Uma posição que pondere ambos os pontos de vista, pode responder de forma satisfatória a nossos questionamentos.

Sem dúvida, cada um de nós carrega potencialidades diferentes para esta ou aquela tarefa, mas precisamos fazer escolhas ao longo de nossas vidas e elas sempre são limitadas por condições sócio-econômicas, oportunidades, contatos sociais e assim por diante. Portanto, não há como verificar: “Se tivesse escolhido outra carreira, como teria me saído?”

Nosso comportamento é resultado da combinação entre a influência de nossa cultura, nossas capacidades inatas e a história de vida pessoal. Para desenvolver-nos plenamente como seres humanos, precisamos da referência de comportamento dado pela sociedade. É a partir da perspectiva que cada um de nós é um “indivíduo-social” que devemos compreender essa questão.

Para refletir sobre a imensa variedade de comportamentos individuais, que levam algumas pessoas a revelarem-se “gênios”, outras “heróis”, outras ainda “criminosos”, deve-se recorrer tanto às ciências sociais quanto às biociências. Da perspectiva antropológica, obviamente nossa herança genética é importante e deve ser considerada como um fator que pode facilitar ou impedir certos comportamentos. Entretanto, essa herança, por si só, não

garante necessariamente a tendência aos indivíduos desenvolverem hábitos e características tão marcantes.

Vamos refletir mais sobre isso. Suponha que um cientista vá fazer uma pesquisa em favelas urbanas, onde os recursos materiais de sobrevivência são mínimos e as crianças têm pouco acesso à educação. Suponha que ele verifique que, entre um universo de cem crianças, cinco possuem o que chamamos de “ouvido absoluto”, uma capacidade de distinguir com absoluta precisão as notas musicais emitidas. Apesar de possuírem essa capacidade, essas crianças dificilmente terão oportunidades sociais de desenvolver essa habilidade. Portanto, a habilidade inata, nesse caso, será de pouca valia para a vida pessoal dessas crianças.

Podemos desdobrar esse exemplo para outras características, como o Q.I. (quociente de inteligência), habilidade para expressão corporal, memória, entre outras. Podemos citar também características, como o gene da obesidade ou da dependência química. O fato de um indivíduo ser portador de qualquer uma dessas heranças genéticas não é suficiente para garantir que ele vá desenvolver um comportamento para utilizar esses recursos de forma satisfatória.

Assim, para a Antropologia, a experiência estimulada e garantida pelo meio social pode ser muito mais determinante do que qualquer característica inata. O aprendizado, o reforço, o estímulo e o reconhecimento de nossas atitudes e habilidades por parte do grupo social são de extrema importância para o desenvolvimento de características desejadas. Todos gostam de ser premiados, elogiados e reconhecidos, assim buscamos demonstrar empenho no desenvolvimento de habilidades esperadas pelo grupo social. Ao contrário, quando somos reprimidos, repreendidos, tolhidos em certos comportamentos, sendo excluídos do bom convívio social, procuramos evitar esse comportamento.

A sociedade está o tempo todo ou nos apoiando ou nos reprimindo, e isso é necessário, para que possamos ter uma garantia que todos se comportem de forma ética e dentro dos padrões aceitos. Claro que os padrões mudam de uma época para outra, pois a sociedade é dinâmica, está em constante mudança. Portanto é preciso bom senso em relação à aceitação ou não de certas repressões e também de certos estímulos.

Síntese:

O ser humano depende da cultura para realizar suas capacidades inatas como inteligência e comunicação. É pela socialização que nos tornamos membros de uma sociedade. Não existem indivíduos que não sejam parte de uma sociedade; somos ao mesmo tempo modelados por ela e podemos transformá-la, pois a cultura é dinâmica.

Sugestão de leitura:

LARAIA, Roque de Barros. Cultura – um conceito antropológico, Jorge Zahar. 2006, 19ª ed. (*utilizar especificamente os capítulos “O determinismo biológico”, “O determinismo geográfico”, “Antecedentes históricos do conceito de cultura”)

Módulo 2 - O SURGIMENTO DA CULTURA

Principais conceitos: biologia, cultura, evolução, adaptação, troca, reciprocidade, sociedade.

Objetivo:

Voltar às origens da cultura, é também voltar à origem da humanidade. Ter costumes e hábitos aprendidos, é um comportamento relacionado com a nossa sobrevivência e evolução enquanto espécie. O tema possibilita uma abordagem que ressalta a importância da compreensão do ser humano como um ser bio-psico-social, ou seja, somos seres, cujo comportamento é determinado ao mesmo tempo por nossas características orgânicas (o tipo de aparelho físico que temos e como podemos utilizá-lo), por nossas experiências pessoais racionais e afetivas de mundo e, finalmente, pelo meio social em que vivemos.

Introdução:

Parece a você que todo ser humano tem como qualidade inata (que nos pertence desde o nascimento) certos comportamentos, como preferir alguns tipos de roupas ou alimentos e ainda se comunicar por esta ou daquela língua?

Na verdade, a Antropologia, junto com outras ciências, como a Arqueologia, a Paleontologia e a História, exploraram profundamente a diferença do Homem em relação ao resto do mundo animal que nos cerca, e puderam concluir que nosso comportamento é fruto de um processo histórico, no qual biologia e cultura modelaram nossos ancestrais. Esse trabalho conjunto entre nosso desenvolvimento biológico e a cultura foram responsáveis por tantas mudanças em nossa espécie, que hoje achamos um fato “natural” não necessitarmos entrar na “luta pela sobrevivência”, na “lei da selva”.

Quem começou a inventar palavras para dar nomes às coisas, ou saber quais alimentos são comestíveis e como devemos prepará-los? Quem inventou o primeiro tipo de calçado, ou descobriu como fabricar o vidro? Enfim, como surgiu a cultura? Que importância decifrar esse fato pode ter para nossa compreensão de ser humano? Essas questões devem ser respondidas ao longo desse tema.

2.1 A TEORIA DA EVOLUÇÃO

No século XIX, Charles Darwin, biólogo, afirmou que todas as espécies vivas resultam de uma evolução ao longo do tempo. Assim, se retornássemos em nosso Planeta há milhões de anos, não encontraríamos as espécies conforme as que vemos hoje. Cada ser vivo, para chegar até hoje, passou por sucessivas e pequenas transformações que possibilitaram sua sobrevivência; esse processo de mudanças orgânicas ocorre por necessidade de adaptação ao meio.

Consideremos que as condições do meio, como clima, quantidade na oferta de alimentos e todas as questões relacionadas às condições ambientais, estão em constante mudança.

Dessa forma, as formas de vida existentes precisam acompanhar essas mudanças, estando sujeitas – segundo Darwin – a dois destinos:

- a) podem-se adaptar e ao longo de muitas gerações apresentarem mudanças visíveis;
- b) não conseguem-se adaptar, entrando em extinção.

Quais são as espécies que conseguem-se adaptar? São as que possuem alguns indivíduos do grupo dotados de características tais que lhes permitem sobreviver e gerar uma prole (conjunto de filhos/as), dando continuidade a essas características. Os outros indivíduos de mesma espécie que não possuam tais características, não conseguindo “lutar” pela sobrevivência, têm mais chances de morrer sem deixar descendentes. Assim, após muitas gerações, temos uma espécie que já não se parece com seu primeiro exemplar.

Quer um exemplo? Suponhamos que os habitantes da rua onde você reside, sejam os únicos exemplares da espécie humana a partir de hoje e que as condições de sobrevivência deles sejam as seguintes: estariam trancados em uma enorme sala vazia, com alimentos disponíveis em prateleiras colocadas a dois metros e meio do chão. Além disso, eles não dispõem de móveis ou objetos que auxiliassem atingir aquela altura, e sofreriam um choque elétrico se tentassem subir uns nos outros para obter alimento ou mesmo compartilhar com os outros sua “caça”. Vamos supor também que sua condição não fosse a de seres humanos normais, dotados de inteligência para resolver essa situação, mas a de contar apenas com os próprios recursos físicos.

Pois bem, quem conseguiria alimentar-se? Aqueles bastante altos para alcançar os alimentos erguendo os braços e aqueles que conseguissem saltar o suficiente. Eles gerariam alguns filhos normalmente mais altos, pela herança genética, que se alimentariam com facilidade, enquanto os mais baixos seriam eliminados por não conseguirem-se alimentar e reproduzir.

Num momento seguinte, esses filhos mais altos encontrariam as prateleiras também mais altas a três metros do chão. Entre eles, sobreviveriam apenas aqueles com altura suficiente ou habilidade suficiente, para que o salto os possibilitasse a obter o alimento. Assim, sucessivamente, por muitas gerações, até que passadas dez ou 15 gerações, o que encontraríamos, seriam humanos, de fato mais altos e mais saltadores que a primeira geração colocada naquela situação.

Então, as características físicas desse grupo, comparadas ao outro inicial, devem ser tão diferentes, que poderíamos dizer não se tratar da mesma família ou espécie.

A possibilidade da geração de uma prole com características que permitam a adaptação ao meio, é, para os evolucionistas, chamada de “seleção natural” – sobrevivem apenas aqueles indivíduos com traços que lhes permitam a sobrevivência. Ao lado da seleção natural, as mutações aleatórias também são responsáveis pelas modificações de um organismo ao longo do tempo.

Uma das dificuldades do senso-comum em aceitar as idéias evolucionistas está no fato de que não podemos “ver” a evolução acontecendo – apesar de ela estar sempre acontecendo -, isto é, não testemunhamos alterações expressivas, pois as mudanças são muito sutis e ao longo de um período de tempo muito longo do ponto de vista do ser humano. As alterações podem ser consideradas em intervalos de tempo não inferiores a cem ou duzentos mil anos, portanto muito além de qualquer evento que possamos acompanhar. Podemos acompanhar, sim, a luta pela sobrevivência e a mudança de hábitos em muitas espécies, como os pombos que povoam as cidades, mas eles não estão tão concentrados demograficamente nos campos. Essa espécie encontrou um ambiente ótimo nas cidades construídas pelos seres humanos, aprendendo rapidamente como obter abrigo e alimento, com a vantagem de estar livre de predadores nas florestas e campos. Faz parte de sua evolução esse novo ambiente. Assim, entendemos que a evolução biológica de todas as espécies vivas não acontece sem influência de muitos fatores, não acontece de forma “mágica” e independente do tipo de meio e hábitos que podemos observar.

Uma questão comum sobre evolucionismo é: “Se evoluímos dos macacos, por que eles não evoluíram?” Bem, todas as espécies vivas estão em constante evolução e vale lembrar que os macacos de hoje não são iguais aos de milhões de anos atrás.

Hoje em dia, o darwinismo está com uma nova roupagem e temos teorias como o Pós-darwinismo ou Neodarwinismo, conseqüência do desenvolvimento de nossa tecnologia de

pesquisa e do próprio conhecimento, cujas portas foram abertas por Charles Darwin para seus sucessores.

Sugestão de sites para leituras complementares:

http://www.caradebiologia.com.br/laboratorio/aula11_origem_e_evolucao_da_vida.htm

2.2. O aparecimento do Homo Sapiens - uma espécie que trabalha

O homem descende do macaco. Essa foi a afirmação polêmica de Darwin na segunda metade do século XIX e dividiu opiniões na sociedade moderna. Essa polêmica permanece até hoje, pois encontrou como opositor uma prática humana muito mais antiga que a teoria da evolução: a religião. Não conhecemos nenhuma crença em nenhuma cultura que coincida e concorde totalmente com a afirmação de Darwin. Da perspectiva das crenças, a criação da vida é atribuída a um “ser criador”, a algo externo e superior a toda a vida existente. Ao conjunto de teorias e explicações que partem desse tipo de raciocínio, denominamos “criacionismo”. Pois bem, para pensar como Darwin e a maior parte dos cientistas até hoje, esqueça suas crenças. A Ciência não reconhece que seres superiores tenham dado origem à vida e muito menos entende que o ser humano é uma espécie “privilegiada” ou “superior”, seja pela capacidade de raciocínio, seja pela capacidade de criar crenças.

Para os evolucionistas, todas as espécies vivas foram surgindo das transformações de outras já existentes, dando origem a novas espécies, enquanto outras se extinguíram. Os primeiros humanos, chamados cientificamente de hominídeos, surgiram das transformações de algumas famílias de símios que fazem parte dos chimpanzés.

Nossa espécie surgiu por mudanças biológicas e a cultura. Que mudanças biológicas são essas que nos diferenciam dos símios? O aumento da caixa craniana que nos dotou de um volume cerebral, muitas vezes, maior que o de um macaco, a postura ereta, que possibilita utilizarmos apenas os membros inferiores para locomover-nos, e o surgimento do polegar opositor, que possibilita a nossa espécie a capacidade do “movimento de pinça”. É a partir dessas três características básicas que desenvolvemos inúmeras outras tão fascinantes, como falar ou ainda fabricar instrumentos para nossa sobrevivência.

Mas essas características, como inteligência, fala e indústria, não teriam surgido em nossos ancestrais se não fosse um tipo de comportamento que os ajudou a modelar o corpo, fato baseado na cultura. Ou seja, a necessidade de comunicação, cooperação e divisão de tarefas facilitou o desenvolvimento dessas características biológicas.

- Características biológicas: forma, funcionamento e estrutura do corpo. É a nossa anatomia, características herdadas biologicamente, mas não são resultado da nossa escolha pessoal;

- Características culturais: todo comportamento que não é baseado nos instintos, mas nas regras de comportamento em grupo, o que nos permite transformar a natureza para a sobrevivência (trabalho) e permite-nos atribuir significados e sentidos ao mundo pelos símbolos (o branco simboliza a paz ou o tipo de vestimenta simboliza status).

Durante muito tempo, pensou-se que o ser humano já teria surgido plenamente dotado dessas características em conjunto. Hoje sabemos que nossa cultura foi determinante para modelar nossas características biológicas ao longo do tempo e vice-versa. Nossos ancestrais foram lentamente se transformando em humanos.

Essa espécie que somos agora, foi, aos poucos, sofrendo pequenas transformações que, ao longo de milhões de anos, nos diferenciaram totalmente de qualquer ancestral símio.

No início da história humana, nossos ancestrais eram muito semelhantes a um macaco. Tinham mais pêlos pelo corpo, o cérebro era menor, a mandíbula maior. A postura não era totalmente ereta e as mãos não tinham muita habilidade, pois o polegar ficava mais próximo dos outros dedos. O tamanho do cérebro foi aumentando muito devagar, como também a postura ereta surgiu gradualmente e, igualmente, o polegar opositor não surgiu repentinamente. A cada geração, mudanças muito sutis transformaram a espécie. Nesse processo a cultura teve um papel fundamental, pois possibilitou ou exigiu que nosso ancestral desenvolvesse comportamentos capazes de mudar nossa estrutura biológica. Um exemplo: sabemos que o surgimento da fala tem relação com duas características:

a posição da laringe resultante da postura ereta e a utilização das mãos para trabalhos de fabricação de instrumentos.

Ao fabricar os chamados instrumentos de “pedra lascada”, nosso ancestral permitiu operações mais complexas e passou a utilizar uma área do cérebro, a mesma que nos permite falar.

É importante compreender que nossa espécie não é fruto de coisas inexplicáveis, mas resulta de um longo e lento processo de evolução, isto é mudanças ao longo do tempo. Essas mudanças, por sua vez, são fruto de uma dura luta por parte de nossos ancestrais, para sobreviver em condições pouco favoráveis além de conviver com espécies mais fortes e predadores mais bem preparados, fisicamente, para tal. Eles não tinham a mesma caixa craniana que temos hoje, não eram tão inteligentes; não tinham a postura totalmente ereta e nem viviam em cidades. Eram mais uma espécie entre tantas outras e o pouco que puderam fazer, determinou sua sobrevivência, e, mais que isso, determinou como somos hoje.

A evolução é sempre um processo muito lento e vai acumulando sutis modificações ao longo de milhões de anos. Assim, com essa escala de tempo é que podemos perceber, olhando para trás, o quanto cada espécie modificou-se ou não.

Na verdade, sobreviveram lascando uma pedra na outra, para conseguir objetos pontiagudos e cortantes que serviam como arma de caça, como raspador de alimentos ou qualquer utilidade para a vida humana. Dormiam em cavernas ao invés de fabricar abrigos. Durante muito tempo o domínio do fogo era um mistério, portanto não comiam muitos alimentos cozidos. Ademais, nessa época não havia escrita, os únicos vestígios de comunicação encontrados são as pinturas em cavernas (arte rupestre) e pequenas estatuetas, representando figuras femininas. Eram organizados em bandos que praticavam caça e coleta, por isso dependiam de deslocamentos constantes em busca de alimento. Durante quase quatro milhões de anos sobreviveram desse modo, quando a forma física alterou-se, até que no chamado período “neolítico” houve uma revolução.

Sobre o surgimento da fala, é difícil precisar em que momento exato ela teria surgido, uma vez que a escrita veio depois. Como não havia formas de gravar a fala, ela é imaterial. Os cientistas deduzem que foi um processo lento, em que se aprimorou o domínio da musculatura facial, da língua e da respiração, para articular, por último, palavras inteiras.

A “revolução neolítica” foi um período marcante em nossa evolução, durante o qual o ser humano desenvolveu técnicas determinantes para a história de nossa espécie: a agricultura e a domesticação de animais, que permitiram o sedentarismo (começamos a construir abrigos e povoados ao invés de habitar em abrigos naturais). A agricultura e a domesticação de animais significaram a garantia de alimentação dos grupos humanos,

independente do sucesso na caça e coleta.

Isso permitiu à nossa espécie fixar-se por períodos prolongados em determinados lugares, formando aldeias e também colaborou para o crescimento demográfico. É nesse momento em que o ser humano começa a trabalhar e não mais a viver da caça/coleta, o que o tornava dependente dos recursos nos territórios habitados. A introdução do trabalho, como estratégia de sobrevivência, segue um padrão estabelecido em nossa evolução, para obter resultados:

- a divisão de tarefas;
- a cooperação com o grupo;
- a especialização.

Essas características são importantes, uma vez que possibilitam que cada um de nós realize apenas um tipo de tarefa. Não é possível produzir sozinho tudo de que necessitamos em nossa vida. Se não tivessem desenvolvido a capacidade de trabalho, baseado nos princípios acima, provavelmente, nossos ancestrais não teriam tido sucesso em sua evolução e nenhum de nós estaria aqui hoje, compartilhando a condição de humanos.

Até hoje utilizamos essas habilidades de trabalho em grupo, para viabilizar nossa existência social. A capacidade de dividir tarefas, cooperar e especializar-se permite atingir objetivos com resultados mais efetivos e também possibilita um conjunto social com melhor qualidade de vida.

O conjunto de tudo que o grupo social produz, viabiliza uma existência cultural, libertando-nos da “lei da selva”. O trabalho humano fundamenta-se em características básicas, como comunicação e cooperação. Fixando-se em um lugar, inaugurando o sedentarismo, o ser humano passa a viver em uma sociedade organizada.

Mais alimentos disponíveis, mais segurança com as casas fabricadas, maior permanência do grupo, isso tudo levou a uma reprodução maior da espécie. Tais condições permitiram aos nossos ancestrais uma organização social mais complexa baseada na sociedade, e, não mais em bandos. A comunicação também sofre uma revolução: o surgimento da escrita.

A partir da escrita e das grandes civilizações da Antiguidade, como Egito, Grécia e China, conhecemos exatamente como a humanidade desenvolveu-se, mas para chegar até esse ponto, nossos ancestrais percorreram um longo caminho. Ela é o resultado de um processo muito longo no tempo, para o qual foram determinantes: a postura ereta, a capacidade craniana, o polegar opositor e a aquisição da fala.

Entretanto, nenhuma dessas características nos valeria muita coisa se não tivéssemos desenvolvido um tipo de comportamento baseado em regras de convivência social, divisão de grupos em parentesco, divisão do trabalho e uma mente dotada de raciocínio lógico e abstrato ligado à criatividade e imaginação. Foram nossas capacidades de organização e comunicação que definiram tal resultado, afastando nossa espécie do comportamento instintivo e determinando essa longa e rica viagem chamada humanidade.

Organização social e comunicação permitem uma série de outras atitudes humanas, como: ensinar, dividir tarefas, planejar, registrar a história, inventar, entre outras.

2.3 A cultura do Homem – uma espécie que troca e se organiza

Um antropólogo francês famoso, Claude Lévi-Strauss, defende que a proibição do incesto (relações sexuais entre indivíduos com parentesco próximo). Foi a primeira “atitude cultural” do ser humano, o que permitiu uma mudança fundamental no comportamento do animal humano: as trocas. Que tipo de trocas?

Quando nós vamos às compras, trocamos dinheiro (valor) por mercadorias. Isso é uma das muitas formas de troca, o que nos permite afirmar que o mundo do mercado é o mundo das trocas. Mas o mundo do mercado e dos negócios só passou a existir a partir do momento em que o ser humano, em sua evolução, começou a praticar esse tipo de atitude, como algo rotineiro. É importante que tenha havido um tipo de troca original na sociedade, pois essa atividade foi aceita por todos como uma convenção. Dessa forma, foi necessário fundar a lógica das trocas.

Vamos refletir sobre outras formas de troca para chegar à origem delas. Quando presenteados alguém, praticamos uma “troca simbólica”: damos algo e recebemos amizade, consideração, carinho, muitas vezes, estamos sinalizando que esses sentimentos são mútuos. As trocas simbólicas estão muito presentes em nosso dia-a-dia. Além dos presentes, podemos lembrar os cumprimentos que trocamos, as orações seguidas de pedidos, os grandes e pequenos favores, entre outras.

Logo, as trocas foram determinantes na evolução de nossa espécie. Pense que, antes de vivermos em sociedade, éramos nada mais que um “bando” de humanos. O bando tem como característica o fato de ser uma coletividade, um ajuntamento sem grande organização e carente de laços que o tornem definitivo. Quando um “bando” de humanos dependia apenas do próprio sucesso na coleta ou caça, as coisas podiam complicar-se a longo prazo. Muitos bandos humanos devem ter-se extinguido por dificuldades de sobrevivência, e em casos de diminuição demográfica intensa por dificuldades também de reprodução. Nesse período dos bandos, não existia mercado e muito menos troca, o que dificultava imensamente a sobrevivência, pois cada bando deveria assegurar, apenas com seus recursos, o abrigo e os alimentos para todos.

Aí é que entra a teoria de Lévi-Strauss. A proibição do incesto indica que, em determinado momento da nossa evolução, começou a existir a noção de família e parentesco. Os outros mamíferos não possuem essa noção e eventualmente pode haver cruzamentos entre irmãos ou pais e filhos.

Ao proibir o incesto, os bandos eram obrigados a disponibilizar de suas fêmeas, pois muitas eram irmãs ou filhas, com quem já não era mais permitida a relação sexual. Assim, eram obrigados a “trocar mulheres” com outros bandos. Sim, segundo a Antropologia, as mulheres foram as primeiras “coisas” trocadas pela humanidade, muito antes de qualquer mercadoria. Questão de sobrevivência, pois sem elas não haveria descendentes.

Inteligentemente, as mulheres aceitaram esse papel, pois serem trocadas implicava que os homens criariam laços de parentesco com o outro bando. “Se a minha irmã está casada com o guerreiro do bando vizinho, seus filhos serão meus sobrinhos e teremos uma convivência pacífica e solidária garantida por muito tempo; eu não os atacarei, eles não me atacarão”. Assim, espalhando parentes por aí, as mulheres garantiram trocas que não se limitavam a elas. Trocando mulheres e formando grupos de parentesco, os bandos foram-se transformando em sociedade, organizando melhor a produção e distribuição de alimentos e recursos. É a regra da reciprocidade, característica de nosso comportamento, que orienta nossa conduta para recompensar quem nos dá ou presenteia com alguma coisa. Portanto, a idéia de troca traz consigo a de reciprocidade, ou seja: devolver em igual medida.

Em qualquer situação na qual um indivíduo recebe algo de alguém, vê-se na obrigação de retribuir. Essa é a verdadeira lógica da troca. Os presentes dados em aniversários e

casamentos são retribuídos com presentes dados por quem antes recebeu, além é claro de servirem para reforçar os laços de amizade e solidariedade. Amizade e solidariedade pressupõem troca.

A troca de mulheres proporcionou uma mudança histórica para a Humanidade. Os laços de reciprocidade entre pessoas antes estranhas, pelo casamento, tornam-se solidários por toda a vida. Isso é o parentesco – um grupo social solidário que garante seus membros não quebrar o “contrato” de reciprocidade por qualquer desavença ou desacordo, como é possível entre parceiros/sócios, amigos ou estranhos. A família, – mesmo em tempos de mudança como agora –, ainda é um grupo de apoio mútuo e forte solidariedade, garantindo aos seus membros uma duração e permanência muito maior do que laços eventuais com não-parentes. Podemos abandonar um sócio ou amigo, mas nunca a um filho.

Enfim, ao fazer um exercício, perceberemos como até hoje o funcionamento do mercado utiliza e beneficia-se de nossas aptidões para a reciprocidade. Destacaremos os programas de “fidelização” incorporados por muitas empresas modernas. São promoções em que a empresa “presenteia” o cliente com algum benefício extraordinário e em troca ele se torna fiel por mais tempo à marca ou ao produto. Os resultados são bastante interessantes do ponto de vista dos empresários, tanto que esse tipo de ação tem-se tornado cada vez mais recorrente.

Vamos retomar os aspectos mais importantes vistos nesse módulo. Compreender o processo da origem e evolução de nossa espécie possibilita o entendimento que todos nós somos resultado de um meio social. De um indivíduo para o outro encontramos pequenas diferenças biológicas, muitas delas dadas pela herança genética que recebemos ao nascer, mas isso não é determinante de nosso comportamento. Muito mais que genes, o meio social vai influenciar profundamente cada um de nós durante toda a vida.

Estudar a evolução humana é importante para reforçarmos o aprendizado da importância do convívio social no desenvolvimento e reforço de características individuais.

O ser humano depende do modelo encontrado no meio social, como um reforço e rotinização de comportamentos. Seguimos regras de comportamento coletivo e, ao fazê-lo, realizamos a sociedade.

Nossas capacidades de organização em grupos, divisão de tarefas, especialização em diferentes áreas de atuação, planejamento e visão estratégica, flexibilidade de comportamento e adaptação a mudanças, nossa tendência à reciprocidade nas trocas, foram determinantes na evolução de símios a seres humanos.

Quando realizamos essas capacidades, mais que colocar em prática “dons naturais”, utilizamos recursos evolutivos que determinaram a diferença entre o Homem e todas as outras espécies vivas. Ademais, interferimos nos futuros passos dessa evolução. A organização social e a participação individual ativa e consciente definem que tipo de sociedade construímos dia após dia como modelo de referência para o conjunto de indivíduos do grupo.

Por fim, vivemos em sociedade porque somos capazes de organizar-nos e seguir regras. Nossa organização e a obediência às regras são um recurso evolutivo que nos capacitou na luta pela sobrevivência. Para realizar a sociedade, dependemos uns do trabalho especializado dos outros, cujos produtos precisam ser trocados constantemente. A lógica das trocas não é meramente a lógica do lucro. Muitas vezes trocamos coisas simbolicamente, para poder manter laços de solidariedade e dar significado à nossa sociedade, pois não somos peças em um mecanismo: somos humanos com necessidades afetivas tanto quanto racionais.

Assim, a organização da sociedade humana é baseada em princípios bastante diferentes das sociedades animais. As abelhas e formigas, também seres trabalhadores e organizados, seguem simplesmente o instinto de sobrevivência. Uma formiga cortadeira jamais almejará ser a rainha e, mesmo que tivesse desejo, seu aparelho biológico não o permitiria. Os animais nascem determinados a certas tarefas, e adaptam-se às condições de seu ambiente de acordo com seu instinto.

Muitos animais vivem coletivamente. O que diferencia a sociedade humana, não é apenas nossa carga genética que nos dota de inteligência. Somos diferentes, porque em nossa evolução conseguimos utilizar, de forma maximizada e combinada, características biológicas de nossos ancestrais e características de comportamento coletivo.

No caso humano, a sociedade pressupõe não apenas organização para realizar tarefas, mas também as necessidades subjetivas, como realizar tarefas de acordo com a oportunidade de desenvolver habilidades: os desejos e sonhos de crescimento pessoal; os objetivos que associam os lucros materiais com a realização pessoal, e, acima de tudo, o sentimento de pertencer em algum momento a um grupo de apoio, aceitação, defesa e que nos faz sentir um indivíduo único e insubstituível.

Por isso nos dividimos em diferentes esferas de participação social, como o mundo do trabalho, o do lazer, o das amizades, o da família e assim por diante.

Em cada um deles realizamos diferentes necessidades e tarefas, e mantendo-nos como membro participante pelas trocas. No trabalho trocamos tarefas realizadas por salário e temos oportunidade de realizar certos aspectos psíquicos, como empenho, desafios, reconhecimento. No mundo do lazer trocamos experiências – práticas ou de sociabilidade –, para recebermos o tempo livre, como forma de descanso e complemento das relações sociais. Já no complexo mundo da família, tudo que há na sociedade realiza-se de forma intrincada: investimos uns nos outros - tempo, recursos materiais, educação, carinho e dedicação, para garantirmos laços indissolúveis que nos realizam como indivíduos. Sem organização, não há sociedade e sem trocas não há humanidade.

Síntese:

Somos resultado de uma longa evolução que modelou nossas características biológicas e nosso comportamento em grupo. Somos seres naturalmente gregários, precisamos conviver em grupo para sobreviver. A cultura representou uma conquista evolutiva importante em nossa espécie. É por meio dela em que podemos realizar plenamente nossas potencialidades humanas, envolvendo as trocas sociais, a organização coletiva e o comportamento baseado em regras, e, não, no instinto.

Falar em HUMANIDADE é diferente de falar em homo sapiens sapiens. Humanidade a de uma história coletivamente construída. Somos seres que produzem uma sociedade em constante transformação, pois aprendemos com nossos semelhantes.

Sugestão de leitura:

GUERRIERO, Silas. “As origens do antropos”, in Antropos e Psique – o outro e sua subjetividade. São Paulo: Olho d’Água, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura – um conceito antropológico, Jorge Zahar. 2006, 19ª ed.

Sugestão de sites para leituras complementares:

A evolução humana:

- 1) http://pt.wikipedia.org/wiki/Evolu%C3%A7%C3%A3o_humana
- 2) <http://www.icb.ufmg.br/~lbem/aulas/grad/evol/humevol/extra/hominideos.html>
- 3) http://www2.uol.com.br/sciam/conteudo/materia/materia_14.html
- 4) <http://www.icb.ufmg.br/~lbem/aulas/grad/evol/humevol/>

A primeira brasileira (Luzia)

- 1) <http://www.icb.ufmg.br/~lbem/aulas/grad/evol/humevol/extra/luzia.html>

A história do paleolítico ao neolítico:

- 1) www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/humanas/historia/tc2000/hisger1.pdf

Módulo 3 - A CULTURA EXPLICADA PELO SENSO COMUM, A CULTURA EXPLICADA PELA CIÊNCIA ANTROPOLÓGICA

Principais Conceitos: cultura, socialização, senso comum, ciência, civilização, valores, simbolização e diversidade cultural.

Objetivo:

A cultura determina hábitos e rotinas, conceitos e formas de encararmos o mundo. Cada povo desenvolve um conjunto diferente de formas de pensar o mundo e agir, e o resultado é que, para uma mesma situação, temos tantas soluções e julgamentos de acordo com quantas culturas existirem. A cultura não muda apenas de um lado do mundo ao outro, Oriente e Ocidente; ela muda de uma região a outra dentro de um país ou de uma região, e até mesmo de uma cidade outra na mesma região.

De um lugar ao outro, quando muda a cultura, muda a forma como o ser humano interfere na natureza, para utilizar seus recursos, e mudam também os conceitos por meio dos quais pensamos sobre o mundo material e os sentimentos.

A palavra “cultura” é usada com diferentes significados, conforme o contexto. Podemos encontrá-la em nosso dia-a-dia, faz parte da forma como tratamos os outros e reagimos a certas situações. É possível lembrar algumas frases que ouvimos repetidamente no cotidiano, em que aparece a palavra “cultura”. Refletir sobre seus significados rotineiros pode revelar os valores em nossas relações sociais.

Mas, não é só em nosso dia-a-dia que essa palavra pode ser encontrada. Cultura é o conceito central da ciência antropológica, em que há um significado que enfatiza outros aspectos bem diferentes desse cotidiano e possibilita um tipo de visão sobre o ser humano e suas relações bem diferente do uso comum.

Nosso objetivo, ao confrontar esses dois usos da palavra cultura, é ultrapassar as armadilhas e os limites provocados pelo preconceito a que o senso comum pode-nos conduzir. O preconceito presente no senso comum não proporciona oportunidades, para

que as pessoas resolvam problemas e situações sociais instaladas por choques culturais ou qualquer outro fenômeno. Ele nos faz simplesmente rejeitar os outros e impede a reflexão produtiva socialmente sobre essas situações. Apenas pelo pensamento reflexivo e a aceitação de novos valores e verdades podemos superar a atitude preconceituosa e conduzir a soluções dinâmicas e originais. Para isso, confrontar nosso conhecimento comum com o científico pode ser valioso.

Introdução:

A maior parte do tempo, o ser humano tende a agir em situações cotidianas de acordo com rotinas que aprendemos a repetir mecanicamente, sem questionar muito o porquê de cada uma delas. O que nos ensina esses hábitos, é o senso comum. Ter reações que proporcionam soluções imediatas a situações cotidianas é, assim, uma das funções do senso comum. Saber avaliar prontamente uma atitude como correta ou errada, ou ainda, saber técnicas rotineiras de como cozinhar, como tomar banho, como arrumar uma casa, isso faz parte de seu repertório.

Chamado pelos pensadores e intelectuais de “filosofia do povo”, e popularmente de “escola da vida”, nem sempre, entretanto, o senso comum proporciona-nos soluções eficientes no que se refere aos contatos sociais. É de responsabilidade do senso comum o conjunto de preconceitos e idéias equivocadas sobre questões complexas, cuja polêmica exigiria reflexão, interação e ponderação.

O senso comum já foi chamado por muitos pensadores de “filosofia do povo”. É o aprendizado que recebemos informalmente na família, com amigos, no trabalho. É a chamada “escola da vida”.

Ao conhecer o que o senso comum afirma sobre o conceito de cultura e confrontando com um oposto a ele, que é a Ciência, temos a oportunidade de abrir espaço para essa reflexão.

É importante, no mundo atual, que os indivíduos adquiram sempre maior capacidade crítica. Essa capacidade crítica deveria ser mais aplicada em nossas experiências cotidianas, e, não, apenas nos estudos e na formação profissional, porque não, raras vezes, é nos contatos mais rotineiros em que podemos definir resultados de processos. Muitas vezes, é na capacidade crítica de perceber essas rotinas em que podemos planejar, redirecionar e avaliar de forma mais eficiente e consistente. Por isso, ao discutir o conceito de cultura, devemos manter essa perspectiva de aprendizado, levando-o do cotidiano e estendendo-o até a literatura antropológica.

3.1 A cultura explicada pelo senso comum

A palavra cultura é utilizada em nosso dia-a-dia com significados diferentes. Por esse uso definimos e julgamos pessoas e povos, situações vividas e criamos heróis admirados e respeitados. A essa capacidade das pessoas de aplicarem palavras e conceitos para explicar algo que viveram, sem recorrer a livros, instrução ou reflexão, chama-se Senso Comum. Discutiremos algumas utilizações do senso comum e suas implicações.

Vamos observar em que situações diárias o conceito cultura surge e o que ele significa em cada um dos casos. Quando ouvimos alguém pronunciar a frase: “Fulano tem muita cultura.”, o que isso significa? Que atribuímos a uma pessoa a capacidade de ter acumulado conhecimentos por meio da chamada “cultura letrada” (livros e instrução). Assim, “ter cultura” significa ter estudado muito e dominar uma grande variedade de temas e áreas do conhecimento letrado. Segundo esse tipo de raciocínio, são poucas as pessoas que “têm

muita cultura”, enquanto a maioria delas se classificaria como tendo “pouca cultura” ou “sem cultura”. O que podemos perceber, nesse uso do conceito de cultura, é que ele serve para criar distinção entre pessoas “especiais” e o restante delas que, por muitas razões, não tiveram acesso ao mesmo tipo de instrução letrada.

Isso é criar uma hierarquia, cuja minoria está ocupando posições superiores e uma maioria está ocupando posições inferiores. Nesse caso, a cultura é algo que pode ser adquirido em maiores ou menores quantidades, e é isso que vai determinar o julgamento que se faz dos outros. Normalmente as pessoas utilizam essa idéia para julgar pessoas ou povos. “Que povo sem cultura!”, é uma frase recorrente e que reproduz essa mesma idéia. Quando utilizam esse tipo de julgamento, as pessoas querem dizer, na verdade: “Que povo sem a minha cultura!”; assim, cada vez que não encontramos nos outros o que achamos certo, achamos por bem apontar que os outros são errados.

Essa definição de cultura que pode ser encontrada no senso comum, tem muita influência da tradição francesa do século XVIII, quando o conceito de cultura passou a ser associado à “civilização” e “letras”. Para os pensadores franceses dessa época, era correto pensar que algumas pessoas ou povos tinham “civilização” e, portanto, cultura. A idéia de cultura, para eles, estava associada a hábitos da própria elite, por isso algumas pessoas ou povos que não tinham tal civilização, influências de comportamento e pensamento da intelectualidade francesa, deveriam ser educados e submetidos à boa “educação / civilização”.

O que há de união entre o senso comum de hoje e essa herança francesa é que, em ambos os casos, cultura é algo que deve ser adquirido por meio, por exemplo, de boas condições financeiras - comprar-se a cultura.

Uma segunda situação é quando nos referimos às culturas de outros povos, em frases, como: “No costume deles é assim.” Aqui, as pessoas comparam situações, nas quais elas não agiriam da mesma forma, mas tentam justificar a atitude de outra(s) pessoa(s). Nesse segundo caso, a cultura é associada a costumes diferentes, com os quais as pessoas tentam um diálogo, seja para aprovar, seja para reprovar.

Como a Antropologia define o conceito de cultura para compararmos este senso comum?

3.2 O conceito Antropológico de cultura

Antropologia é uma ciência dedicada ao estudo do Homem. O radical latino “anthropos” significa Homem e “logia” é o estudo. Surge no século XIX empenhada em aprofundar o conhecimento científico sobre as chamadas “sociedades primitivas”, como eram chamadas as tribos e os povos não europeus, os nativos das Américas, Austrália e África. Para explicar a grande diferença de comportamento entre esses povos e os povos europeus, a Antropologia acabou-se concentrando no conceito de cultura.

Hoje, essa ciência não estuda apenas as tribos ou pequenas comunidades distantes dos centros desenvolvidos, mas qualquer ambiente social. Isso ocorreu, pois ficou comprovado que a diversidade cultural não gira apenas em torno de “povos primitivos” e “povos civilizados”, mas está em toda parte, onde haja contato entre dois povos que cultivam costumes e valores diferentes. Recentemente, em nossa história, com o início da chamada “Globalização”, o contato entre pessoas e organizações com diferentes referenciais de mundo, ou seja, diferentes culturas, intensificou-se num ritmo frenético. Por isso, compreender o conceito científico de cultura é tão importante.

No tema 1, foi apresentada a primeira conceituação de cultura na Antropologia, por EDWARD TYLOR, no final do século XIX. Em síntese, vimos que esse autor definiu cultura como “um conjunto complexo que inclui os conhecimentos, as crenças, a arte, a lei, a moral, os costumes e todas as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade”. A essa definição, seguiram-se muitas outras e, hoje, podemos encontrar centenas de formas diferentes para referir-se ao mesmo conceito. Mas, por que essa falta de consenso na Antropologia? Vamos passar por alguns dos principais autores, para compreender a complexidade do tema.

Franz Boas (1930) - “A cultura inclui todas as manifestações dos hábitos sociais de uma comunidade, as reações do indivíduo, na medida em que são afetadas pelos costumes do grupo em que vive, e os produtos das atividades humanas, na medida em que são determinados por tais costumes.”

B. Malinowski (1931) - “Esta herança social é o conceito central da antropologia cultural (...). Normalmente é chamada de cultura na moderna antropologia e nas ciências sociais. (...) A cultura inclui os artefatos, bens, procedimentos técnicos, idéias, hábitos e valores herdados. Não se pode compreender verdadeiramente a organização social senão como uma parte da cultura.”

W.H. Goodenough (1957) - “A cultura de uma sociedade consiste em tudo aquilo que se conhece ou acredita para influenciar de uma maneira aceitável os seus membros. A cultura não é um fenômeno material: não consiste em coisas, pessoas, condutas ou emoções. É melhor uma organização de tudo isso. É a forma das coisas que as pessoas têm em sua mente, seus modelos de percebê-las, de relacioná-las ou de interpretá-las.”

Clifford Geertz (1966) - “Compreende-se melhor a cultura não como complexos de esquemas concretos de conduta – costumes, usos, tradições, conjuntos de hábitos –, mas sim como planos, receitas, fórmulas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam de ‘programas’) e que governam a conduta.”

Clifford Geertz, (1973) - “Cultura é um sistema simbólico, característica fundamental e comum da humanidade de atribuir, de forma sistemática, racional e estruturada, significados e sentidos às coisas do mundo.”

M. Harris (1981) – “A cultura se refere a uma corpo de tradições sociais adquiridas que aparecem de forma rudimentar entre os mamíferos, especialmente entre os primatas. Quando os antropólogos falam de uma cultura humana, normalmente se referem ao estilo de vida total, socialmente, adquirido de um grupo de pessoas, o que inclui os modos pautados e recorrentes de pensar, sentir e atuar.”

Anthony Giddens (1989) - “Cultura se refere aos valores de que compartilham os membros de um grupo, às normas que estabelecem e aos bens materiais que produzem. Os valores são ideais abstratos, enquanto as normas são princípios definidos ou regras que as pessoas devem cumprir.”

Em comum, o que se pode perceber, é a tentativa de abarcar todas as realizações humanas, representadas em dois níveis complementares: as realizações materiais e as imateriais. Entre as materiais, podemos citar todo o universo de bens fabricados pelo ser humano, de arados até ônibus espaciais. Entre as imateriais estão nossas crenças, conhecimento, arte, idéias e todos os sentimentos.

Os autores que enfatizam os aspectos materiais, argumentam que eles são importantes, uma vez que somos a única espécie a transformar a natureza de forma sistemática, mesmo quando não há necessidades que afetem a sobrevivência. Outros autores, entretanto, entendem que nossas maiores realizações estão contidas nos aspectos

imateriais, uma vez que somos a única espécie dotada da capacidade de abstração (pensar em coisas que não estão presentes, criar, imaginar). Não usamos essas capacidades realizadoras de qualquer forma, mas de acordo com regras, normas e hábitos estabelecidos coletivamente.

O ponto sobre o qual parece haver muita polêmica, é a visão que cada autor tem de ser humano. Aqueles que dão maior importância às nossas realizações materiais, procuram ressaltar a nossa capacidade adaptativa, mostrando a cultura como uma forma de solução da sobrevivência, cujo grupo social, recursos e meio ambiente combinam-se, para determinar os hábitos de um povo. Para eles, as técnicas desenvolvidas, para solucionar todos os tipos de empresa humana, que vão de uma simples pescaria às necessidades comunicativas; passando por todo tipo de engenhos que nos cercam, é que definem propriamente a cultura. Assim, afirma-se cultura equivale a soluções práticas para a existência humana.

Outros autores entendem que a solução prática para a vida humana é uma consequência de outras capacidades. Muito mais do que nos fazer capazes de fabricar instrumentos, isso nos faz diferentes de todas as outras espécies como: capacidade de criar, planejar, prever, avaliar, imaginar, atribuir significado e modificar a natureza não apenas por necessidade de sobrevivência, mas por necessidade de sentir-se bem. Podemos denominar isso de capacidade de simbolização.

Não construímos o mesmo tipo de prédio para servir a qualquer uso; para cada fim, encontramos uma arquitetura. Não é apenas pelos aspectos práticos que o fazemos, mas porque cada espaço deve carregar significados que orientem os indivíduos e faça-os compreender como devem-se comportar. Os templos são diferentes dos teatros, as casas diferentes dos escritórios (ou pelo menos deveriam ser!). A funcionalidade de cada um desses espaços é tão importante quanto o que nos faz sentir por meio de suas formas e cores. As formas de nossa casa transmitem-nos sensações de pensamentos diferentes de um escritório ou de um templo por intermédio dos símbolos que criamos para cada um deles. Para os autores que defendem a preponderância desse aspecto, cultura equivale à nossa incansável capacidade intelectual de carregar o mundo de símbolos.

Resposta a necessidades práticas, ou respostas a necessidades intelectivas, a cultura é uma forma de estarmos no mundo. Ela nos orienta, em cada situação da vida social, como um modelo que recebemos e sobre o qual passamos a vida, operando pequenas modificações.

Vamos ver, mais adiante, que algumas regras presentes nas culturas podem ser modificadas, suprimidas, desgastadas; enquanto outras são mais difíceis de negociar. “É assim, e pronto.” Ou seja, há aspectos mais dinâmicos e outros mais permanentes em cada cultura.

Por fim, entre todas as definições de cultura que foram apresentadas, hoje em dia, na Antropologia, o consenso gira em torno de nossa capacidade de simbolização. Temos necessidades tão importantes quanto a sobrevivência orgânica e à reprodução da espécie, necessidades estas psíquicas, intelectuais, espirituais, ou como você prefira chamá-las. Não somos apenas um “animal fabril”; somos um “animal simbólico”.

Agora vamos retomar a visão do senso comum a respeito de cultura. Lembra-se de que, no uso cotidiano, vimos que cultura é um bem que pode ser adquirido, acumulado e assim distinguir as pessoas umas das outras? Pois é, na ciência esse pensamento é equivocado. Se cultura é algo que define nossa espécie, não existe ser humano que tenha ou não cultura, como não existe ser humano que tenha mais cultura que os outros. A cultura é algo que se realiza na vida social, que define a qualidade que essa convivência vai

adquirindo, em um processo que nunca pára. Portanto, não existe um povo que tenha “mais cultura” ou uma “cultura mais avançada”.

Para afirmar isso, deveríamos escolher, entre todas as culturas humanas, uma única que fosse medida e parâmetro, para julgarmos todas as outras, o que, cientificamente, não é possível. Afirmar que a cultura do povo norte-americano é a melhor, por exemplo, significa colocar no centro da história um único povo, que todos os outros deveriam seguir como modelo – em todos os seus aspectos descritos acima, como: valores, idéias, soluções práticas, entre outros.

Para as ciências humanas e a filosofia, não existem povos ou pessoas com MAIS ou com MENOS cultura, uma vez que ela não pode ser mensurada. Todo ser humano que vive em sociedade, realiza a cultura humana.

Então, aqueles que mais se aproximam da cultura deles, seriam “avançados”, enquanto os que estivessem perdendo a corrida para assemelhar-se, seriam “atrasados”. Isso é um pensamento equivocados, pois será que a cultura em sua totalidade pode ser julgada “boa” ou “avançada”? Você considera, por exemplo, um “avanço” o fato de os hábitos alimentares norte-americanos serem responsáveis por uma população com problemas graves de obesidade e sobrepeso? Você considera, ainda, um “avanço” a relação que esses mesmos indivíduos estabeleceram com o código de leis, que os leva a moverem processos uns contra os outros ao invés de tentarem uma solução pelas vias normais do contato social?

Quando uma única cultura passa a ser modelo e referência para o comportamento de todas as outras, o que temos, não é um consenso. É um problema. O fato de que em cada lugar exista uma cultura diferente, não é algo que tenha de ser solucionado; isso é próprio de nossa espécie. A cada experiência social deve corresponder um conjunto de valores e práticas únicos. Nenhum povo pode repetir a história dos outros, como se fosse uma receita. O mundo do trabalho no Brasil é diferente do argentino, do americano ou do europeu e todos são diferentes entre si. O que promove essa diferença, é a cultura.

Utilizemo-nos de uma metáfora, usando a Informática, para auxiliar no aprofundamento dessa questão. A mente humana corresponde a um “disco rígido” (hardware), que, apesar de capaz de muitas tarefas, não consegue realizar nada sem um programa (software). Esse programa é a cultura. Cada sociedade desenvolve um tipo diferente de programa para disponibilizar seus indivíduos, que aprendem como o operar por meio do processo que denominamos mais atrás de Socialização.

Não é considerado correto cientificamente, eleger a cultura de um único povo como medida para julgar todas as outras como “avançadas” ou “atrasadas”. Uma vez que a cultura é um complexo de realizações humanas, algumas “ganham” em algum aspecto, mas podem “perder” em outras, e esse julgamento varia de pessoa para pessoa. O que eu considero bom em um povo, outras pessoas podem julgar ruim.

É por isso que em cada cultura os indivíduos reagem todos mais ou menos da mesma forma em relação a uma situação. Faz parte da cultura brasileira torcer para os times e a seleção de futebol. Já, nos Estados Unidos, esse esporte não mobiliza o interesse da população, a qual se interessa muito mais por um esporte quase ausente no Brasil: o beisebol. Interesse é uma das formas de expressão do que estamos chamando aqui de valores. Cada cultura valoriza o interesse de seus indivíduos por certos tipos de esportes, alimentos, vestimentas, crenças, entre outros. Não é possível nos dedicarmos a tudo ao mesmo tempo.

Cada povo, uma cultura. Cada cultura, um conjunto diferente de valores. Isso é o que chamamos de diversidade cultural.

Síntese:

O conceito de cultura é utilizado em dois registros bem diferentes: o do senso comum e o da ciência antropológica. No senso comum, podemos notar que cultura é utilizada para distinguir numa sociedade aqueles que receberam uma educação mais refinada e, portanto, podemos discriminar pessoas ao dizer que “não têm cultura”. Para a Antropologia, cultura é um conceito que define nossa imensa capacidade de criar diferentes soluções para a vida humana.

Sugestão de leitura:

LARAIA, Roque de Barros. CULTURA – um conceito antropológico, Jorge Zahar. 2006, 19ª ed. ROCHA, Everardo. O QUE É ETNOCENTRISMO, Ed. Brasiliense. 1998.

(*utilizar especialmente os capítulos “Pensando em Partir”, “Primeiros Movimentos”, “O Passaporte”).

Módulo 4 - A COMUNICAÇÃO HUMANA É SIMBÓLICA

Principais conceitos: símbolo, comunicação, cultura.

Objetivo:

Sem a comunicação, nossa sociedade seria mais semelhante à de outros animais que vivem em coletividade, como: abelhas, formigas e leões. A cultura humana tem características que diferenciam nossa forma de vida coletiva. Para expressar a cultura, dependemos da utilização dos símbolos. Língua, conceitos, valores, idéias, crenças, tudo que faz parte da cultura humana, é baseado em símbolos que, por uma convenção social, são associados pelos indivíduos a um mesmo significado, o que faz com que seja possível a interpretação dos conteúdos comunicados.

Entretanto, de uma cultura à outra, esses significados variam imensamente, o que torna necessária a compreensão do contexto cultural, cujos símbolos são criados e utilizados, para que nossa comunicação seja eficaz e consiga atingir seus objetivos. Ao entrar em contato com esse fenômeno, que se chama comunicação, pela Antropologia, é possível ampliarmos nossas capacidades comunicativas e também a capacidade de compreensão do outro.

4.1 O símbolo, o ato de simbolizar e a cultura

A cultura depende dos símbolos, a comunicação humana é baseada na simbolização. Mas, o que é símbolo mesmo?

Segundo o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa”(edição de 2001):

1 aquilo que, por um princípio de analogia formal ou de outra natureza, substitui ou sugere algo
1.1 aquilo que, num contexto cultural, possui valor evocativo, mágico ou místico (...)
2 aquilo que, por pura convenção, representa ou substitui outra coisa.

Vamos fazer um exercício. Nós convencionamos que a palavra “flor” simboliza aquilo que encontramos na natureza e que é uma das partes do organismo de algumas plantas. Apesar de existir um imenso número de flores, quando pensamos em uma flor, para comunicar uma situação corriqueira envolvendo flores, não pensamos em flores de tipos muito específicos e em suas qualidades. Quando pensamos em uma flor e queremos comunicar essa idéia básica, precisamos recorrer a um som, uma palavra que, ao ser pronunciada, faça com que todos os presentes entendam no que o comunicador estava pensando. Então a palavra FLOR não é a “coisa real” que existe na natureza, mas antes um som que representa essa realidade. Esse é um primeiro passo para entendermos o processo de simbolização, e até aqui já deu para entender que, sem símbolos, não conseguiríamos sequer compartilhar o que se passa em nossas mentes.

Pois bem, vamos avançando. A palavra FLOR é um dos símbolos para a coisa em si, a própria flor. Para cada coisa existente, o ser humano cria muitos símbolos. Temos, por exemplo, a representação da flor por meio do desenho, que é também um símbolo. Assim:



Essa imagem fotográfica, apesar de parecer a própria flor, ou uma delas, não o é. É uma representação “da flor em si”, pois já deixou de ser a própria flor e é simbolizada nessa imagem que não é tridimensional, e, sim, bidimensional, criando assim algo que a representa, mas deixou de ser ela mesma. É um símbolo.



Essas imagens são desenhos, ou seja, representações artísticas da flor, portanto, também não são a flor em si, e, sim, formas simbólicas para ela. A arte é, em essência, simbólica. O artista procura sempre “representar algo”. Na pintura, na música, na dança, o artista procura pela forma obtida (a forma plástica, a sonoridade ou o movimento) criar um símbolo para algo visto, percebido, sentido ou experimentado antes.

Todas essas imagens são símbolos para a coisa “flor”. Então, podemos compreender que as “coisas em si” são transportadas para a nossa mente e podemos pensar nelas, mesmo quando não estamos em sua presença. A maior parte de nossa comunicação diária tem como finalidade narrar, descrever, lembrar, conceituar elementos que não estão presentes. Ao fazer isso, retiramos todos os elementos de seus contextos originais, os quais não podem ser reproduzidos em toda a sua riqueza e complexidade, e escolhemos alguns de seus aspectos a serem ressaltados.

Assim é que nós simbolizamos as experiências vividas, e por essa comunicação simbólica podemos atribuir qualidades ao mundo. “Essa flor é alegre.”, “Esse cheiro me lembra a infância.”, “As cores dessa bandeira simbolizam a paz e a riqueza.”, e “O crucifixo identifica os cristãos.”, são formas de simbolizar experiências e sensações.

Não está na “flor em si” ser alegre ou triste, mas o ser humano atribui a umas e outras certas qualidades. Não existe “cheiro de infância”, mas aromas convencionalmente usados em bebês, ou ainda aromas de um lugar que marcaram a infância de uma pessoa, entre outros. O correto é observarmos que na natureza não existem qualidades criadas pelo Homem, como: bondade/maldade, justo/injusto, belo/feio. Uma catástrofe da natureza, como um terremoto, não é ruim senão do ponto de vista dos prejuízos, que isso possa causar aos seres humanos. Para a terra, onde ele se originou, não existe esse tipo de julgamento. Bondade, justiça e beleza, além de todos os conceitos de mundo de que dispomos, são resultados da criação das culturas humanas, e, não, da natureza. Portanto, são valores que se expressam pelos símbolos. Um céu escuro e carregado de nuvens pode simbolizar preocupações e problemas, ou um terremoto pode ser utilizado para simbolizar alguém inquieto, agitado.

O ser humano atribui uma qualidade a tudo que vê ou entende do mundo. Entretanto essas qualidades não são “naturais”, não estão nas coisas em si, e, sim, no olhar de quem as vê.

Ao utilizar um crucifixo, uma pessoa é identificada pelos outros como “cristão”, pois a cruz simboliza um evento da figura fundadora dessa fé: Cristo. Essa é uma outra associação possível com os símbolos. Os símbolos representam coisas, idéias e pessoas que não estão presentes.

Cada profissão elege seu símbolo; os times utilizam brasões, cores e emblemas; placas de trânsito são símbolos; placas de “proibido fumar”, “proibido cães” e outras regras de uso do espaço são símbolos. O símbolo facilita e agiliza a comunicação, transmite idéias complexas e sentimentos, e tudo isso é possível porque, segundo Geertz, a humanidade atribui, de forma sistemática, racional e estruturada, significados e sentidos às coisas do mundo. Tudo na comunicação é símbolo? Sim!

Os símbolos são frutos da persistência humana de olhar para o mundo e ver significados; da rotina de soluções racionalmente pensadas; de significados coletivamente construídos. A cada cultura corresponde um processo coletivo único de criar símbolos; portanto, a maioria dos símbolos cotidianos têm um significado apenas local. Mas alguns símbolos, por efeito da sistemática e rotina de circulação em outros meios, conseguem ter significado para praticamente a humanidade toda. Assim ocorreu com o logotipo da “Coca-Cola”, presente em todo mundo como um ícone de prazer e de mercado, ou com o símbolo da juventude dos anos 60 para “paz e amor”.

A atuação do mercado, que intensifica e aumenta a necessidade humana das trocas (vimos isso no tema 2.3), é hoje o responsável por esse deslocamento dos símbolos de seu contexto original e pela incorporação de significados extralocais. Ou seja, os símbolos passam de uma cultura para outras, sem carregar necessariamente seus significados originais e atribuídos no local.

Os símbolos são resultado de nossa forma de “olhar” para o mundo. Pense em alguns símbolos em sua vida. Podem ser símbolos comerciais ou pessoais. Veja como eles estão em todas as partes.

A cultura caracteriza a espécie humana e dota-nos de infinitas possibilidades. Somos indivíduos em aberto, modeláveis, com plasticidade, que aceitam mudanças e têm capacidade de refletir e escolher. Precisamos da participação em uma coletividade, pois somos seres gregários, que vivem em coletividade. Precisamos de referências, para saber como nos comportar e, sobretudo, precisamos organizar nossa coletividade de forma a permitir um comportamento mais voltado para o grupo e menos voltado para satisfações

individuais. Se cada um de nós agisse apenas de acordo com a própria vontade o tempo todo, não seria viável à sociedade.

Isso é interessante, pois, ao mesmo tempo em que somos criativos, plenos de possibilidades, somos também bons aplicadores de regras. Aliás, necessitamos delas, para que o mundo da coletividade torne-se possível. Seremos dotados de criatividade e, ao mesmo tempo, precisaremos da referência da regra, isso nos torna seres complexos.

Essa complexidade só é possível porque nosso pensamento e nossa comunicação são baseados em um conjunto de SÍMBOLOS. Vamos retomar uma das definições de cultura colocadas acima, a de Clifford Geertz, que afirma: “Cultura é um sistema simbólico, característica fundamental e comum da humanidade de atribuir, de forma sistemática, racional e estruturada, significados e sentidos às coisas do mundo.”

O ser humano fabrica um instrumento qualquer, vamos supor, uma faca. Mesmo pensando apenas em seu aspecto utilitário, que deve ser a preocupação com o formato da lâmina e o fio para cortar, a maioria das facas fabricadas traz algo para além da utilidade; elas trazem a preocupação ornamental/estética, porque nós “atribuímos significado às coisas do mundo” e percebemos que a quase totalidade do que vemos, ouvimos e sentimos, adquire significado. Assim, as facas trazem ornamentos, como pedras ou formas adicionadas ao cabo, os quais as tornam atraentes ou únicas.

Até objetos de uso estritamente prático, acabam-se tornando símbolos. Facas, alimentos, roupas, tudo está associado a alguma qualidade que atribuímos. Um bolo, com velas em cima, associamos a “aniversário”, um certo tipo de roupas pode ser associado a “baile”.

As cores têm significado: o branco pode simbolizar a paz; o preto, tristeza ou mistério; o vermelho, a sensualidade ou o amor. Os sons têm significado: o badalar dos sinos em uma igreja pode simbolizar comemoração ou morte, o som da água em uma fonte pode simbolizar tranquilidade e é utilizado terapeuticamente para acalmar. Os alimentos precisam ter significado: não comemos qualquer alimento de qualquer jeito; eles precisam receber cores, formas de apresentação e assim se ornaram convidativos à degustação.

Quando pensamos sobre qualquer elemento do mundo que nos cerca externamente e também em nossa vida interior, damos significados a elas. Associamos coisas a sentimentos e idéias e assim elas passam a significar algo. Quando associada à cultura, a simbolização pode ser percebida como um conjunto de sentimentos, valores e idéias que atribuem o mesmo significado a certas “coisas do mundo”, que valem para a média de indivíduos do grupo e repetem-se nas rotinas sociais.

Os símbolos podem ser tanto emocionais e sociais, como os de comunicação coletiva, como placas de aviso e sinais de trânsito. Em qualquer dos casos, chamamos de SÍMBOLOS.

Vamos ver um bom exemplo: quando colocado frente a uma tigela cheia de feijoada, um brasileiro com fome pode sentir a boca salivando e ficar feliz com a visão. Nem todas as pessoas de todas as culturas têm a mesma reação. Nós, brasileiros, fomos habituados à feijoada e à sua experiência degustativa coletivamente construída ao longo de séculos, e vemos na feijoada significados como “uma refeição e tanto!”, ou “um prato especial” ou ainda “para comer com exagero”. Aprendemos com os hábitos coletivos e a tradição a associar essas idéias a esse prato, tornando rotineiro esse tipo de reação à sua presença. Entretanto, a maior parte dos estrangeiros não teve a mesma experiência social com a feijoada e muito freqüentemente podem ter outras reações à oferta desta. Podem sentir, por exemplo, aversão a um prato de caldo escuro que não permite que se distinga exatamente

que partes estão sendo ingeridas. Eles não têm acesso aos mesmos significados que nós, historicamente, atribuímos à feijoada. Nunca está garantido que um ser humano salive, desejando degustar pratos que são estranhos à sua cultura, pois não compartilhamos os significados dos pratos.

Outro exemplo: o líder, na cultura japonesa, é alguém que não precisa necessariamente ter atributos de “simpatia” ou “iniciativa”, para receber de seus liderados tratamento de confiança, admiração ou qualquer outra reação de reconhecimento. Para a tradição japonesa, o líder, apenas por ocupar certa posição na hierarquia profissional, é “naturalmente” encarado como aquele que deve ser respeitado, deve servir de modelo e reverência a todos os seus subordinados. Isso se deve ao fato de que, na cultura japonesa, ao contrário da ocidental, a hierarquia é tradicionalmente encarada como algo a ser respeitado em qualquer circunstância e independe das características pessoais de quem ocupa as posições superiores. Nos países ocidentais, a hierarquia e, como consequência, a liderança são fenômenos que mobilizam sentimentos e reações bem diferentes da japonesa. Entre nós o líder precisa “demonstrar” que merece o lugar em que ocupa; para os japoneses, não.

Assim, a simbolização acompanha o ser humano. Mesmo em suas realizações materiais, o ser humano pensa simbolicamente. Não nos abrigamos de qualquer forma, não nos alimentamos de qualquer forma, não fabricamos as coisas com qualquer forma. Desenvolvemos cores, linhas, texturas, densidades, para cercar-nos de significado. Tomamos as coisas da natureza e passamos a organizar de tal forma que já não lembra a matéria-prima inicial. A madeira é transformada em mobiliário, as plantas em jardins, o barro em cerâmica.

As vestimentas que usamos, não são apenas utilitárias, servindo para proteger-nos do frio ou do sol. Elas são carregadas de simbologias sociais. Por meio dela comunicamos nossa posição social, nossa identidade com estilos de vida, nossa condição emocional. Para cada contexto social inventamos uma roupa adequada e esperamos encontrar todos seguindo a regra. Quem iria fantasiado a uma festa se soubesse que ninguém mais seguiria a indicação?

Os símbolos são socialmente inventados e mantidos. Não é possível saber quem foi o primeiro a praticá-los, como um movimento de dança, ou o uso de uma gíria, ou expressões faciais e gestos. E, mesmo que seja, o que importa é muito mais a necessidade do grupo em manter e reproduzir esse significado do que saber quem o “inventou”.

Em qualquer cultura, a coletividade precisa “aprender” o significado dos símbolos. Como eles não são “naturais”, mas fruto da criação humana, é necessário compartilhar os significados, para que eles comuniquem algo.

Quando nos comunicamos pela linguagem escrita, falada, filmada ou pelas artes, o conteúdo do que é comunicado é sempre algo que precisa ser interpretado. Interpretar é dar sentido, entender, julgar. A maior parte de nossa comunicação é composta de conteúdos que se tornaram convenção social. Ser membros da mesma cultura é uma garantia de que todos estejam interpretando, de forma muito semelhante, os conteúdos comunicados. Claro que isso não garante eventuais desentendimentos, os chamados “erros de comunicação”, ou “mal-entendidos”, mas garante que não tenhamos de explicar minuciosamente, o tempo todo, nosso uso dos conteúdos comunicativos.

Como os símbolos cotidianos dependem desse consenso em torno da interpretação, é comum que, quando usados em um contexto diferente do original, eles sejam interpretados de formas inusitadas ou até mesmo incorretas, porque, ao saírem de sua cultura original, podem parar em lugares onde não há essa convenção sobre como ele deve ser

interpretado. Então, as pessoas tendem a dar o sentido mais apropriado ao próprio contexto. Não interessa muito para o senso comum ter entendimento e investigar a origem de certos símbolos, para utilizá-los da forma mais “adequada”. Hoje em dia esse fenômeno é comum no mundo da moda e das tendências de comportamento.

O modismo que envolve atualmente as tatuagens, por exemplo, faz com que seus adeptos especializem-se em buscar inspiração para traçados e desenhos originais nas tribos e nos povos que utilizam a tatuagem há séculos. Um desses povos são os Maoris, que habitam a Nova Zelândia, conhecidos pelo costume milenar de utilizar a tatuagem facial, como uma forma de comunicar seu nome e sua linhagem ancestral. São traçados geometricamente complexos desenhados no rosto das pessoas e chamados de “moko”. Muitos jovens norte-americanos têm aderido a esse costume, tatuando toda a área do rosto. A esse tipo de prática, um jovem chefe Maori chamado George Nuku traz seu ponto de vista em entrevista à “National Geographic”:

- Como você responderia aos não-nativos que estão usando alguns dos desenhos similares ao moko?

- Se você não vive aquilo que está em você, então isto é apenas um desenho. Não é um moko. Antes de mais nada, ele vem da sua linhagem. Ele define quem são (ou eram) seus pais e avós desde o princípio dos tempos. Isso é só a primeira interpretação.

Vamos avaliar essa situação melhor. Do ponto de vista de um nativo, os significados de uma tradição são reduzidos a um desenho, pois deixaram de transmitir seus símbolos originais. Já para os jovens modernos das grandes cidades que optam por reproduzir esse costume em outro contexto, fazer uma tatuagem tribal no rosto pode significar que ele não se sente alguém comum, parecido com a maioria de seu grupo, e, ao expressar sua identidade, procura diferenciar-se da “massa”. Ele de alguma forma procura aproximar-se do primitivo, da tribo, mas com a própria história. A história de um “moderno primitivo”.

Agora pensemos em outros tipos de símbolos, por exemplo, os religiosos ou os de grupos institucionalizados, como: associações, clubes, escolas, partidos e fraternidades; ou ainda, de movimentos sociais que não “sofrem” essas mesmas distorções ou, como chamamos, re-significação.

Os símbolos podem “migrar” de uma cultura para outras? Sim, mas dificilmente são incorporados com os mesmos significados em todos os outros lugares

É possível que símbolos, como a cruz cristã, os símbolos comunistas da cruz com o martelo, a estrela de Davi ou o símbolo da maçonaria sejam utilizados fora de seu contexto e, portanto, ganhem outro significado? Sim, temos alguns exemplos disso, apesar de pouco comuns.

Alguns fatores colaboram para a possibilidade ou impossibilidade de símbolos serem utilizados por pessoas fora de seu contexto. Primeiro, vemos que os símbolos são “denunciadores” da identidade dos indivíduos que pertencem a determinado grupo. Um coletivo é organizado em torno de características formais, como: tradições, hierarquia, crenças, ideologias práticas coletivas. Podem ocorrer diversas situações; a primeira é de os símbolos serem “secretos” isto é: seu significado é partilhado apenas pelos iniciados. Nesse caso, a divulgação é sempre muito restrita e sua pouca exposição social pode dificultar, durante algum tempo, a apropriação por pessoas “estranhas” a esse coletivo. Já os símbolos não-secretos, que se divulgam como forma de afirmação do coletivo, dependem de situações históricas que podem torná-los aceitos e desejáveis, ou pelo contrário, reprovados e indesejáveis. É o caso da suástica nazista, em cujo período de prevalência na Alemanha, era um símbolo de poder. Com o final da II Grande Guerra e conhecendo os crimes do

“holocausto” contra os judeus, ela passou a ser evitada, transformada em símbolo de terror. Como nossa memória mantém esse registro, nenhum indivíduo utiliza uma suástica inconseqüentemente, ou para significar uma outra idéia que não a concordância com as idéias nazistas.

Entretanto, na medida em que um símbolo distancia-se de seu registro original, perdendo para a maioria de uma sociedade seus significados, ou ainda quando é “importado” de outra cultura ou tempo, ele pode ser utilizado livremente, comunicando novas idéias ou usado com outras finalidades.

Os símbolos são a forma básica da comunicação humana. Sem símbolos, não há comunicação. Precisamos aprender a associar um som a uma certa coisa (o nome das “coisas”), cores a sentimentos ou proibições e alertas, formas escritas a idéias em nossa mente.

O que aprendemos sobre os símbolos portanto? Primeiramente, que a comunicação humana é baseada na criação, divulgação, incorporação e rotinização de símbolos. A linguagem falada é simbólica, a linguagem escrita é simbólica, também a linguagem gestual ou, ainda, a comunicação áudiovisual. Para que nossa comunicação seja eficaz, precisamos dominar e compartilhar os mesmos símbolos. Em segundo lugar, os símbolos comunicam não apenas o mundo exterior à nossa mente, que é o mundo que nos rodeia, mas comunicam também coisas imateriais, como: sentimentos, idéias abstratas e conceitos. Por isso utilizamos os símbolos para comunicar quem somos, o que fazemos, nossas preferências, nossa condição, entre outros. Por esses símbolos, materializamos aquilo que é interior à nossa mente. Sem tal comunicação, não realizaríamos nenhuma de nossas capacidades, como: raciocínio, criatividade, emotividade e assim por diante. Portanto, sem os símbolos, não haveria cultura humana.

Síntese:

Viver em sociedade, é comunicar-se. A comunicação é a base de todas as culturas humanas e só é possível por sermos capazes de criar e interpretar símbolos. Os símbolos comunicam o que pensamos, as técnicas que inventamos e utilizamos para modificar o mundo à nossa volta e até como nos sentimos. Para uma boa comunicação, é preciso conhecer as convenções sociais criadas para interpretar adequadamente as mensagens.

Sugestão de links para estudar o tema cultura e Antropologia:

<http://pt.wikibooks.org/wiki/Antropologia>

Módulo 5 - AS RELAÇÕES HUMANAS DEPENDEM DE VALORES E REGRAS

Principais conceitos: regras, valores, normas, hábitos, socialização.

Introdução:

As relações sociais, em qualquer cultura, são mediadas por valores, normas e regras. Assim, quando nos relacionamos uns com os outros, recorre-se a formas de conduta que orientam nosso comportamento e que nos tornam menos individualistas e mais coletivistas. Se cada um de nós obedecesse apenas aos impulsos pessoais o tempo todo, fazendo somente aquilo que “der na telha”, não seria possível existir sociedade, pois cada um gostaria de fazer prevalecer a própria vontade, e, não, a dos outros.

Esse é o papel das regras sociais que aprendemos repetitivamente durante a vida, até que se tornem hábitos. O que torna possível essa educação para agir de acordo com as regras de uma sociedade, é a socialização. Aprendemos regras do mundo doméstico, da escola, do convívio com amigos, do trabalho, da religião, entre outros. Em cada universo social existem os valores mantidos pelo grupo que fazem parte das condutas pessoais.

As regras não existem apenas no tratamento com os outros; elas fazem parte também de todo o universo cultural de forma cotidiana de organizar a vida. Exemplificando: como preparar alimentos, servir e comê-los, como tomar banho e manter a higiene pessoal, como arrumar uma casa, como se vestir para cada ocasião social, como se comportar no trabalho, tudo em nossa cultura possui uma regra, transformada em hábito. Por isso, de uma cultura à outra, tudo se modifica, e, quando mudamos de uma cultura a outra, adaptamo-nos a novas soluções para a vida pessoal e coletiva.

Valores e regras

O que nos torna humanos, não é apenas a inteligência, mas o conjunto de nossas capacidades biológicas somado às nossas tendências de comportamento social. Para participar de um grupo, desfazemo-nos da maior parte dos impulsos individualistas. Para isso é necessário entrar em uma lógica que pressupõe uma forma de controle do grupo sobre os indivíduos. Esse controle se dá pela aplicação de normas e valores sociais.

Os nossos hábitos, são regras que, de tanto se repetir, tornam-se “rotina”, coisas que fazemos “mecanicamente”.

Normas e valores são orientações para a conduta social e prevalecem em um grupo social. Os valores são responsáveis por noções coletivas que possibilitam aos indivíduos considerar julgar as atitudes dos outros, como: “boas” ou “ruins”, “certas” ou “erradas”, “justas” ou “injustas” e assim por diante. Já as normas ajudam-nos a diferenciar entre condutas “próprias” ou “impróprias”. As regras são conjuntos de normas que regulam o nosso comportamento. Para todas as ocasiões sociais, aprendemos a segui-las (está lembrado de socialização?) e, sem perceber, exigimos dos outros que também o façam.

Não existe necessidade de que todos os indivíduos concordem com o conjunto de valores e normas de seu grupo social e a elas obedeçam. Muitas vezes, discordamos de valores que orientam a conduta das pessoas e procuramos seguir um senso próprio. Mas, na média, percebemos que certos valores prevalecem em nossa sociedade e não é possível, isoladamente, mudá-los. Mas é importante lembrar que a sociedade é algo dinâmico e a longo do tempo os valores e as normas tendem a mudar. Até a década de 60 era considerada imoral a atitude de um casal de namorados beijar-se na boca em público. Hoje essa norma está bastante flexibilizada. A propósito, a virgindade feminina era um valor social; as mulheres casavam-se virgens obrigatoriamente! Atualmente, a virgindade deixou de ser um valor.

Será que podemos equivaler hábitos a regras? Vamos pensar nisso. Hábitos são formas repetitivas e regulares de fazer certas coisas. Pois bem, nossa cultura está cheia de hábitos que aprendemos com os outros. Comer com talheres ou palitos, tomar banho em chuveiros ou de imersão, horários de refeições, dormir em camas ou redes e uma infinidade de coisas diárias que nos ocupam. Quando uma regra é insistentemente repetida, ela se transforma em hábito, então percebemos que não precisamos pensar em: “Como eu devo fazer isso mesmo?” Quer dizer que essas ações como o jeito de comer, dormir ou tomar banho são regras? De certa forma, sim! Quando você testemunha alguém em sua cultura fazendo as “coisas habituais”, como preparar alimentos ou mesmo escrever de outra forma que não aquela usual, a tendência é você se manifestar e reprimir o comportamento do outro. Claro que isso depende da situação e da intimidade possível, mas, no geral,

espantamo-nos, por exemplo, se uma pessoa em um jantar não-familiar resolve pegar os alimentos servidos à mesa com as mãos, ou se leva o próprio talher que está sendo usado na tigela comum para servir-se.

Assim, transformamos algumas regras em hábitos e alguns hábitos em regras. Tudo depende de que situação está sendo analisada.

Para cada cultura existe apenas um único conjunto de valores e normas? Sim e não. Ocorre que existem valores e regras muito gerais, que nos dão noção de como agir “em qualquer situação”. Entretanto, quando participamos de grupos dentro dessa cultura, como: grupos religiosos, profissionais, esportivos, acadêmicos, entre outros, percebemos que a cada âmbito social correspondem valores e normas específicos para aquele contexto.

A tendência de um grupo social é estabelecer o próprio conjunto de valores, que pode ser em consenso total com aquele mais geral, como pode ser em total desacordo. A maioria dos grupos que podemos citar, tende a concordar com a totalidade desses valores, entretanto a discordância é bem possível, podendo gerar transformações a longo prazo. Também depende da relevância e da legitimidade que esse grupo possa adquirir perante o resto da sociedade. Quando ele se torna muito influente, pode mudar situações consideradas impossíveis. O importante ressaltar aqui é que, estando ou não de acordo com o conjunto de valores, é necessário que ele exista e é a partir de um modelo que indivíduos e grupos podem estabelecer consenso ou discordância.

Existe mais de um conjunto de valores e regras dentro de uma mesma cultura. Eles podem coexistir pacificamente ou não. Existem aquelas regras que valem “para todos”, e outras a que precisamos obedecer apenas quando fazemos parte de um certo grupo.

Existem vários níveis de “vigilância” que a sociedade cria, para zelar pelo cumprimento dos valores e normas. Um é o institucional. Existem instituições para punir quem não se comporta “adequadamente”, como: escolas, prefeituras, a polícia, as leis e a jurisdição, o Estado. Também existe um outro nível de “vigilância” que é o convívio social. Em todos os nossos contatos podemos observar como as pessoas julgam todo o tempo a conduta uns dos outros. Frases, como: “Mas também, mereceu!”, “Fulano é muito fofoqueiro.”, “Eu não faria isso.”, “Você pode me explicar por que fez isso?”, entre tantas outras, são uma forma, que os indivíduos demonstram, de que é preciso que todos participem de algum modo do conjunto de valores e que as normas devem valer para todos.

Do contrário, não haveria coletividade.

Aprendemos o “jogo social” de seguir regras desde muito cedo. Além, é claro, da educação indicada pelos pais, que nos proporcionam a primeira socialização em nossas vidas, temos outras formas de introjetar a lógica das regras. Os jogos são um exemplo disso. Para participar, aprendemos desde cedo que é necessário seguir as regras; do contrário, o jogo não se desenrola e, se as regras de um jogo mudassem sempre e a cada vez que fosse jogado, não seria mais esse mesmo jogo, passaria a ser outro.

As regras servem para inibir comportamentos muito individualistas, dando maior importância à participação dentro da coletividade.

Entende por que é lento o processo de mudança de valores em uma sociedade? Para que ele aconteça, são necessários a participação, a discussão, os exemplos contrários, até que o coletivo perceba que não terá nada a perder (acabaria o jogo?) caso se desfaça desse ou daquele valor, se transformar essa ou aquela regra. O importante é ter um outro valor possível em seu lugar, o que permite a continuidade do grupo.

Dentro de pequenos grupos sociais, essa mudança é mais fácil. O coletivo torna-se mais acessível a todos que participam e é viável um debate constante. Em clubes, empresas, associações, escolas, a mobilização para a discussão é um processo mais rápido e mais efetivo.

As regras são necessariamente algo que aprisiona os indivíduos? Não! Seguir regras, é um atributo humano e tudo em nossa cultura depende delas. A linguagem falada/escrita é um conjunto de regras. Não seria possível nos comunicarmos se não as seguissemos. Para formular qualquer pensamento em sua mente, você precisa recorrer à linguagem que aprendeu. Você já percebeu que pensamos pelas palavras? E que, se não houvesse palavras, seu pensamento seria algo absolutamente incomunicável?

Então, a exemplo da linguagem, tudo, mas tudo mesmo em nossa cultura é uma aplicação de regras. Até mesmo quando expressamos sentimentos, como: ciúme, amor ou ódio, não o fazemos a partir de algo inato em nosso ser, e, sim, a partir de como aprendemos em nossa cultura para fazê-lo. Os sentimentos são inatos, a forma que encontramos para expressá-los, não. Vamos pensar em exemplos?

Vamos falar de amor materno. Será que é algo que toda mulher tem “dentro dela”? De fato, não. O amor materno é um valor reforçado socialmente, que algumas mulheres seguem com maior rigor e outras menos. Instinto materno é mais apropriado para falarmos de natureza. Se amor fosse algo natural, será que encontraríamos bebês abandonados em lixeiras e outros locais impróprios, como é comum vermos em noticiários? Está bem, você pode argumentar que nesses casos o “desespero” foi maior que o amor dela por seu bebê, mas então é possível que a condição social/cultural sobreponha-se a sentimentos inatos. Sim, e muitos bebês são abandonados não apenas por falta de condição material da mãe para criá-lo; é comum mulheres de classes sociais privilegiadas, por questões morais, optarem por essa prática. Moral, dinheiro, tantas coisas assim podem se sobrepor ao “amor materno natural”? Apenas entendendo que esse sentimento é resultado de um valor social, podemos explicar tantas exceções. Na hora de haver uma decisão, os valores são ponderados e a moral pode prevalecer sobre o amor ou a vontade.

Os sentimentos não são apenas “naturais” ao ser humano. Eles são modelados socialmente pela cultura. Todo ser humano pode amar, mas aprende e é estimulado a realizar e praticar amor desta ou daquela forma. Algumas formas são permitidas, outras reprimidas.

Bem, vamos falar sobre ciúme. Em cada cultura, é reforçado que em alguns contextos é considerado apropriado “ter ciúme”. Em nossa cultura, cuja forma de casamento é monogâmica, é comum vermos cenas de ciúme de namorados e casais. Os parceiros expressam com certa “naturalidade” esse sentimento frente aos outros e em certa medida são apoiados em suas atitudes. A monogamia é uma regra e pressupõe a fidelidade conjugal. Assim, existem culturas, cuja regra de casamento é a poligamia. Será que esse tipo de coisa acontece? Não! Em lugares, onde o casamento pressupõe vários parceiros legalmente constituídos, as cenas de ciúme conjugal não são vistas e, de fato, as pessoas são estimuladas desde cedo a reprimir esse tipo de atitude.

Isso exemplifica como, ao longo da vida, modelando-nos constantemente, transformando em coisas naturais as regras sociais, externas a cada um de nós. Habitua-mo-nos às regras e, por isso, ao nos depararmos com hábitos (regras) de outras culturas, tendemos a considerar errado o que é apenas estranho.

O mesmo fato acontece no mundo do trabalho. Habitua-mo-nos a regras e formas de procedimento em uma certa organização e, ao mudarmos de emprego, seja com outras

funções, seja em outra empresa, precisamos passar por um período de adaptação, que é uma forma de socialização.

As regras são a garantia do grupo social de que cada um de nós tenha atitudes a maior parte do tempo de acordo com a convenção, e, não, com os impulsos pessoais. Ao repetirmos os hábitos sociais, realizamos a possibilidade de convivência em grupo, evitando atitudes conflituosas e individualistas que exigiriam uma constante negociação das partes envolvidas até chegarem a um acordo. Já pensou como isso tornaria impossível a sociedade?

Quando nos habituamos a um conjunto de regras coletivas, elas ficam parecendo tão “naturais”, que não lembramos que são resultado de um aprendizado em sociedade.

Síntese:

Para ser possível a vida em sociedade, precisamos de valores comuns e regras que orientam nossa conduta pessoal. Ao longo de nossas vidas aprendemos constantemente as formas mais adequadas de conduta em cada ambiente social por meio dos processos de socialização.

Sugestão de leitura complementar

LARAIA, Roque de Barros. CULTURA – um conceito antropológico, Jorge Zahar. 2006, 19ª ed.

PASSADOR, Luiz Henrique. “A noção de regra: princípio da cultura, possibilidade de humanidade”, in GUERRIERO, Silas.

ANTROPOS E PSIQUE – o outro e sua subjetividade, São Paulo: Olho d’Água. 2005.

Módulo 6 - CADA POVO UMA CULTURA, CADA CULTURA UMA SENTENÇA: A DIVERSIDADE CULTURAL

Principais conceitos: etnocentrismo, relativismo cultural, diversidade cultural, alteridade, cultura evoluída,cultura primitiva, endoculturação, aculturação.

Objetivo:

Entrar em contato com diferentes perspectivas ou formas de reagir ao contato com a diferença, possibilita uma flexibilidade para compreender que, ao aceitar o ponto de vista do outro, posso enriquecer minha visão de mundo. Aprender com o relativismo cultural essa possibilidade de colocar-se no lugar do outro, é ampliar as possibilidades de soluções criativas.

Introdução:

Existe uma tendência no senso comum a classificar as diferentes culturas em graus evolutivos. “Que povo atrasado!”,

“Isso sim é um povo evoluído!”, são frases corriqueiras em nosso cotidiano. Mas dificilmente nos questionamos sobre o que estamos considerando para julgar alguém dessa forma. A Antropologia entrou nesse debate na segunda geração de pesquisadores, que, ao

conhecer mais profundamente a diversidade cultural pela pesquisa de campo, apontou a impossibilidade de tais julgamentos.

Ao formar uma coletividade, o ser humano desenvolve hábitos de convívio e soluções para sua vida social, que podem ser extremamente variados. A isso denominamos diversidade cultural. Nossa reação perante as diferenças de comportamento de um lugar ao outro pode ser orientada de duas formas: ou pelo etnocentrismo ou pelo relativismo cultural. Neste item serão abordadas a rejeição do diferente (etnocentrismo) e a aceitação do diferente (relativismo).

Estamos o tempo todo em contato com universos culturais diferentes do nosso, seja com outros povos, seja com costumes regionais. Por isso é importante exercitarmos nossa capacidade de relativizar as diferenças, considerando a perspectiva a partir da qual o “outro” vê o mundo.

Para a Antropologia, não existem culturas mais avançadas ou melhores. Cada cultura deve ser pensada e respeitada dentro de seu conjunto de elementos e dentro da história de seu povo.

A Antropologia nega a existência de culturas, em estágios de evolução ou primitivismo, e desenvolveu o relativismo cultural, para refletir sobre as diferenças entre as muitas culturas humanas.

6.1 A diversidade cultural.

Vamos nos dedicar a refletir sobre a diversidade cultural.

Vimos, nos itens anteriores, que a cultura é um fenômeno produzido pelo ser humano, mas depende da condução da coletividade, ou seja, ela é construída socialmente, e , não, herdada biologicamente. Isso faz com que em cada lugar e cada época histórica exista uma imensa diversidade de regras, símbolos e formas de conduzir a vida coletiva. É o que chamamos de diversidade cultural.

Podemos considerar algumas conseqüências desse fato. O primeiro deles é que em cada cultura o ser humano desenvolve respostas e soluções, às vezes, completamente originais e diferentes para sua vida em sociedade. Isso tanto em relação a técnicas de sobrevivência e transformação da natureza à sua volta, como nas regras de convívio social. Mesmo em meio ambientes muito semelhantes, podemos encontrar exemplos de formas culturais bastante diferentes entre si. Outra conseqüência é que, quando colocadas em contato, as diferenças culturais suscitam reações que podem ir da simples admiração ou humor até o ódio mais violento. Quando essa reação ao diferente faz com que as pessoas julguem a própria cultura superior à outra; chamamos a isso Etnocentrismo. Para compreender o conceito, “etno” vem de etnia, que significa um povo que compartilha a mesma base cultural – língua, tradições, religião –, e “centrismo” é colocar no centro. Portanto, praticar o Etnocentrismo é o mesmo que colocar minha cultura como centro do mundo, a partir da qual todas as outras são comparadas inferiormente, nunca se igualando à superioridade da minha.

Todos nós somos em alguma medida etnocêntricos, pois é natural preferirmos nosso modo de encarar o mundo ao de qualquer outro povo. Mas o Etnocentrismo pode ser um problema, quando se torna uma forma sistemática e repetitiva para enfrentarmos a diferença, pois assim nos tornamos incapazes de ser flexíveis e admitir novas formas de solucionar as coisas. Ou pior ainda, quando o Etnocentrismo torna-se tão radical que uma etnia deseja exterminar uma outra simplesmente por não tolerar seus costumes e forma de encarar o mundo, ou dominá-la sufocando suas regras, leis e costumes, até que nada de

sua originalidade tenha sobrevivido. Hoje em dia temos vários exemplos de “guerras étnicas” no mundo, tanto guerras de fato – para citar a Bósnia, ou a Tchetchênia –, quanto guerras pelo que chamamos “imperialismo cultural”, quando uma cultura impõe-se sobre outras por influências no cotidiano e utilizando-se para isso do mercado, dos meios de comunicação ou de qualquer outra forma de participar dos hábitos de seus indivíduos.

O Etnocentrismo é uma forma de julgar os outros e pode ser praticada em diferentes graus de intensidade. Podemos ser muito etnocêntricos em certos julgamentos e menos em outros.

A diversidade cultural pode ser encontrada não apenas de um povo a outro, de um lugar a outro, mas, por exemplo: dentro de um mesmo país. No Brasil, conhecemos o fenômeno dos “regionalismos”, costumes que mudam de uma região à outra e como resultado temos um país rico em culturas locais. Além disso, sentimos as diferenças culturais entre pessoas que moram em grandes centros urbanos e aquelas que habitam pequenas cidades do interior. Mudam alguns aspectos da cultura brasileira entre esses diferentes ambientes sociais – de uma região à outra, da cidade para ao campo.

Os cidadãos urbanos tendem a achar “atrasadas” as localidades, aonde ainda não chegaram os shopping centers, as grandes avenidas, os viadutos, o aglomerado humano e cultural das grandes cidades. A vida no interior tem outros hábitos, outro ritmo de ocupação do tempo, outras preocupações cotidianas. Assim, de forma etnocêntrica, as pessoas tendem à opinião de que falta “agitação”, “opção”, como se não houvesse “o que fazer” em um lugar menos denso populacionalmente.

A diversidade cultural existe em dois níveis: de uma grande cultura a outras e dentro de uma mesma cultura. Percebemos que, independente de ser alguém do Amazonas, Pernambuco, São Paulo ou Rio Grande do Sul, temos muita coisa em comum, o que nos faz pertencer a um mesmo complexo cultural, uma nacionalidade. Entretanto, de uma região à outra, de um tipo de ambiente social ao outro, existem variações que tornam esse povo único, especial. O uso da linguagem, a alimentação, o trato social, o tipo de humor, se formos pensar minuciosamente, existe uma imensa variação possível dos hábitos culturais.

Na linguagem antropológica, quando estamos lidando com uma pessoa com hábitos diferentes do nosso, com uma outra cultura, estamos perante o “outro”. Esse outro pode ser alguém que não fala minha língua, que não se veste como eu, mas também pode ser alguém que compartilha muitos hábitos semelhantes aos meus e outros nem tanto. A nossa capacidade em relacionar-nos com o “outro” é chamada de alteridade. Essa capacidade torna-nos pessoas mais flexíveis e mais criativas em soluções, pois ampliamos nosso universo de visão do mundo, saindo da própria “casca”. Quanto mais fechados no próprio universo cultural, menos possibilidades temos de compreender a riqueza humana em criar diferentes perspectivas para um mesmo fato.

Você considera o brasileiro etnocêntrico? Pense um pouco sobre isso. Normalmente, o brasileiro julga-se pouco patriota e muito aberto a influências externas. Ao pensar assim, faltamos etnocentrismo, é bem verdade. Entretanto, o brasileiro julga-se o povo mais receptivo, informal e alegre do mundo. Isso é também uma forma de etnocentrismo. Negamos a outros povos a alegria, colocando-nos como superiores nisso, ou, ainda, podemos lembrar que, em relação aos outros povos da América Latina, o brasileiro considera-se “melhor” ou “superior”. Somos etnocêntricos, sim! E vale lembrar que o Etnocentrismo pode acontecer dentro de um mesmo país, como o nosso, comporta diferentes regiões culturais. O paulista, por suas próprias razões, considera-se “melhor” ou “mais trabalhador” que o carioca; “nordestino” ou “baiano” virou apelido pejorativo no Centro-

Sul; os baianos, por sua vez, acusam os paulistas de ser um povo sem tradições próprias, entre outros. Todas essas são formas de Etnocentrismo.

Existe uma oposição ao Etnocentrismo? Sim, é o que chamamos de relativismo cultural. Quando somos capazes de avaliar uma cultura alheia, sem utilizar o tempo todo a própria cultura como parâmetro de comparação, estamos relativizando. O relativismo cultural faz parte da Antropologia desde meados do século XX, quando muitos pensadores passaram a defender que não era correto um cientista julgar as culturas como “evoluídas” ou “atrasadas” umas em relação às outras. Para isso usaram argumentos sobre a falta de imparcialidade nesse tipo de pensamento.

O relativismo cultural é uma forma oposta ao Etnocentrismo de posicionar-se em relação às diferenças culturais. O Etnocentrismo é quando não aceitamos algo no outro: o relativismo é quando nos esforçamos para compreender as razões do outro.

Quando julgamos a totalidade de uma cultura “evoluída”, pretendemos que ela esteja avançada ou melhorada em relação a outras que devem seguir esse mesmo rumo de modificações. A pergunta que a Antropologia colocou é: Existe uma única forma de evolução cultural? Todas as culturas devem necessariamente evoluir na mesma direção? Se a resposta que você dá é afirmativa, sim, devemos seguir o modelo das culturas mais evoluídas, então vamos levantar alguns problemas.

O que está sendo considerado, nesse caso, evolução? Podemos dizer que evolução são conquistas tecnológicas? Será que a tecnologia é um quesito suficiente para garantir que uma cultura seja superior, melhor? Vamos analisar. Nas sociedades de tecnologia avançada atualmente, os indivíduos trabalham pelo menos oito horas diárias para sobreviver e necessitam de pelo menos 15 anos de estudos para garantir um nível “médio” de qualidade de vida. Quanto menor o investimento de tempo e recursos para os estudos, menor os rendimentos garantidos para a família. Assim, se não quisermos submeter-nos a uma vida materialmente difícil e com poucos recursos, precisamos investir bastante em nossa qualificação profissional.

Essa situação é completamente diferente em uma tribo, cuja tecnologia resume-se a instrumentos de sobrevivência, como: arados, machados e teares. Um indivíduo de uma tribo brasileira, por exemplo, trabalha em média três horas diárias e não frequenta escola um dia sequer. Ele não precisa preocupar-se com sua qualidade de vida, pois todos em uma tribo possuem exatamente o mesmo nível econômico. Sua qualificação para o trabalho se dá durante seus contatos com indivíduos mais experientes e as crianças participam com os adultos de todas as atividades, são submetidas desde cedo às estratégias de sua cultura para sobreviver. Como a sociedade não conhece diferenças econômicas, não existe criminalidade, violência ou problemas sociais, como: drogas, prostituição e doenças mentais.

Não é correto para a Ciência pensarmos que “avanço” cultural é apenas o avanço da tecnologia. Muitos povos simplesmente não precisam de mais tecnologia do que desenvolveram, para viver em uma sociedade livre de problemas sociais, como fome ou doenças.

Desse ponto de vista, será que ainda é sustentável afirmarmos que a tecnologia é o quesito mais importante para transformar uma sociedade em evoluída? Podemos mesmo sustentar que evolução pode ser resumida a avanço tecnológico? A Antropologia defende que isso não é possível e que precisamos considerar cada aspecto de uma cultura dentro do próprio contexto, e não necessariamente em comparação com outras. Portanto, existem tecnologias e tecnologias. Quando tecnologia vem associada à destruição ambiental, exclusão social, monopólio de conhecimentos e acumulação de riquezas, podemos afirmar que isso é evolução? Para as Ciências Sociais, não.

Assim, não podemos generalizar nossas comparações, não podemos julgar com preconceitos, ou seja, antes de conhecer e ponderar implicações e aspectos de cada traço de uma cultura como sua tecnologia, seu conhecimento, suas leis ou suas crenças. Isso é relativizar, analisar cada aspecto de uma cultura de acordo com o próprio contexto. Por isso a Antropologia nega a existência de uma hierarquia de culturas, que começaria com as mais “primitivas” ou “atrasadas” e iria até o topo das mais “avançadas” e “evoluídas”. Essa escala única, dentro da qual deveríamos encaixar e classificar cada cultura, só faz sentido se aceitarmos que um índio precisa transformar-se necessariamente no futuro em um operário ou em um executivo engravatado ou em um cientista. As culturas não precisam produzir necessariamente o mesmo tipo de sociedade; cada uma vai construindo a própria história e as próprias soluções de mundo.

Relativizar é aceitar outras soluções de mundo, sem querer transpor, de forma simples, essa solução para um contexto em que ela não se encaixa. Os brasileiros não se adaptam à forma de trabalhar dos orientais, mas podem usar seus conceitos, adaptando-os às suas características, trazendo-os seu contexto. O valor da hierarquia para os orientais é tão fundamental que, muitas vezes, não compreendemos sua obsessão em obedecer a ela. Chamamos isso de “submissão”, quando, na verdade, é um fenômeno mais complexo. Se não compreendemos a importância da hierarquia para os orientais em toda sua profundidade, podemos valorizar uma chefia que conduz sua equipe a um trabalho bem-sucedido ou a um subordinado que desempenha brilhantemente suas tarefas. Valorizar e respeitar alguém superior ou inferior na escala de divisão de tarefas, isso é hierarquia.

Quanto mais exposta à diversidade cultural, mais exercícios de alteridade uma pessoa precisa desenvolver. Aprendemos a julgar o mundo pelos valores de nossa cultura, necessário em nossas vidas. Mas nenhum de nós possui a totalidade do conhecimento de nossa própria cultura e nenhuma cultura é isoladamente perfeita. Portanto, a riqueza da diversidade cultural está em mostrar diferentes pontos de vista para questões semelhantes.

A diversidade cultural é tão importante para a humanidade, quanto a diversidade biológica. Sem o equilíbrio e a convivência entre as diferentes culturas, teríamos, com certeza, uma humanidade mais pobre, cuja troca de experiências se limitar-se-ia a repetir sempre as mesmas soluções. Respeitar e saber aproveitar a diversidade são desafios para o mundo futuro.

6.2 Cultura e visão de mundo

A cultura humana, em sua diversidade, não se expressa apenas por diferentes formas de vestuário, culinária, hábitos cotidianos e rituais. É, também, e, sobretudo, pelos conceitos aprendidos em nossa endoculturação, de que somos capazes de atribuir qualidades e significados à vida.

Endoculturação são os processos de aprendizado dos valores e hábitos de nossa cultura, do lugar onde nascemos. Lembra o conceito de socialização? São realmente muito semelhantes e poderíamos demarcar a diferença entre eles da seguinte forma: a socialização capacita-nos a sermos membros de uma sociedade, a nos comportar coletivamente, enquanto endoculturação é um processo de socialização que reforça valores, idéias, hábitos e crenças de nossa cultura. Assim, ao passarmos pela endoculturação, tornando-nos membros dessa cultura, sendo aceitos como “iguais”, por compartilharmos, em grande parte, a mesma visão de mundo.

Uma antropóloga norte-americana, Ruth Benedict, é autora de uma frase explicativa e poética para definir cultura. Ela afirma que cultura “... são as lentes através das quais vemos o mundo”. Dessa forma, em sua afirmação, podemos compreender que entre o mundo que

nos rodeia e seu intérprete – nossa mente, existem lentes, uma espécie de “filtro” que possibilita conceituar, qualificar e dar sentido a tudo que nossa mente apreende. A cultura faz esse papel de “lentes”. Em cada uma delas, o ser humano interpreta de forma diferente o que vê, como entender fenômenos e situações, como julgar e conceituar tudo que acontece à sua volta, até mesmo na própria mente.

O que se afirma, é que não existe uma total objetividade na forma como o ser humano observa, apreende e conceitua o mundo. Existem, sim, métodos de conhecimento que podem chegar a uma objetividade maior, como a Ciência, a Filosofia. Já o senso comum e as religiões não exigem objetividade, pois são formas de conhecimento atravessadas por valores próprios dos quais não podem desfazer-se. Quanto ao senso comum, as afirmações são feitas sem qualquer pesquisa ou indagação; para as religiões, existem os princípios de fé em preceitos e dogmas que afirmam verdades sobre o mundo.

Quando conversamos sobre o mundo, baseados no senso comum, afirmamos aquilo que nossa cultura ensina-nos a ser verdadeiro, tudo que vemos é por suas lentes. Quando conversamos sobre o mundo, baseados em uma religião, afirmamos aquilo que nossa fé ensina-nos a ser verdadeiro. Quando conversamos sobre o mundo, baseados na Ciência ou na Filosofia, precisamos aceitar certas verdades, mesmo que não sejam adequadas à nossa moral, princípios religiosos ou preconceitos.

A cultura não é apenas aquilo que o homem realiza no mundo exterior. É também uma forma de olhar para o mundo, é receber valores para conseguir-se posicionar em relação ao mundo.

A cada cultura corresponde uma forma específica de ver o mundo. No Japão, por exemplo, a reação esperada em um funeral é que as pessoas sorriam e não demonstrem tristeza pelas lágrimas. Para o povo havaiano, antes da colonização inglesa, as erupções vulcânicas eram explicadas como uma forma de comunicação dos deuses com a tribo, e, não, como fenômeno da natureza. Eles estão errados? Da perspectiva de suas culturas, não. É a maneira como interpretam, de acordo com seus valores, o mundo e reagem da forma adequada a seu grupo social. Isso é visão de mundo.

Existe possibilidade de mudança nessas visões de mundo? Sim, a cultura é algo que está o tempo todo em transformação. Ao entrar em contato com outro povo, vários tipos de mudanças são possíveis, bem como o reforço de antigos valores culturais.

Para uma parte dos antropólogos, quando uma cultura modifica-se em função do contato com o “outro”, seja em pequenos aspectos, seja mesmo de forma avassaladora, denominamos aculturação. É quando substituímos valores de nossa cultura original pela de outros. Poderia ser aplicado ao exemplo acima, o povo havaiano. Hoje em dia, após séculos de colonização inglesa e depois norte-americana, os havaianos já não explicam erupções como “castigos dos deuses”. Ou os índios brasileiros, obrigados a substituir as línguas nativas pelo português e a nudez pelas roupas européias. Esses são exemplos de aculturação. Entretanto, muitos antropólogos não concordam com essa perspectiva. Vamos refletir.

Aculturação é literalmente: negar a cultura; perder a cultura. O prefixo “a” é ausência, negação. Utilizado por muitos cientistas sociais para descrever fenômenos de perda de tradições, de referenciais próprios. Mas, muitos antropólogos entendem que não existe cultura totalmente pura, isolada ou que não aproveite traços e deixe-se influenciar por outras. Afirmamos sempre que a cultura é dinâmica. Desse modo, se formos pensar rigorosamente, qual cultura não seria jamais aculturada? Nenhuma cultura cria sozinha, a não ser por total e completo isolamento, todo o conhecimento e as técnicas de mundo.

Apesar desse debate, podemos recorrer corretamente ao conceito de aculturação para muitos fenômenos que pretendemos explicar. A influência da televisão, nos valores de sociedades tradicionais, como os moradores do campo e das pequenas comunidades rurais, que passam a pensar como os moradores dos grandes centros urbanos, é uma forma de aculturação? Da perspectiva de que existem valores que estão sendo mudados não em função de uma dinâmica própria ou de necessidades reais, mas, sim, de um contato que se impõe, sim.

Um povo “aculturado” é aquele que se desfez de suas próprias tradições, para assemelhar-se a um povo dominador ou conquistador.

Síntese:

A diversidade cultural expressa a infinita capacidade humana em produzir diferentes visões de mundo. Não existem culturas atrasadas ou avançadas, e, sim, uma multiplicidade de soluções para a vida humana. Somos seres endoculturados e podemos reagir ao contato com o “outro” etnocentricamente ou pelo relativismo.

Sugestão de leitura complementar

LARAIA, Roque de Barros. CULTURA – um conceito antropológico, Jorge Zahar. 2006, 19ª ed. (* utilizar especialmente a Segunda Parte – Como Opera a Cultura)

Módulo 7 - DIFERENTES CULTURAS, MAS AS MESMAS RELAÇÕES HUMANAS

Principais conceitos:

Simbolização, estruturalismo, pesquisa de campo.

Objetivos

Diferenciar entre aquilo que é universal no comportamento humano e o que é particular.

Características universais são aquelas que não se alteram em função do contexto ou condição. Características particulares são aquelas que encontramos apenas em determinados contextos, seja de um lugar para outro, seja de uma época para outra.

Diversidade cultural, relações humanas

A humanidade sempre conviveu, espantou-se e reagiu à diversidade cultural. Temos registros de povos muito antigos curiosos por solucionar dilemas, como: “Teria existido um dia uma língua universal?”, “Existe uma cultura primeira, que deu início a todas as outras?”, “Por que os outros povos não acreditam no meu Deus?” e assim por diante. Na verdade, esses dilemas demonstram em alguns casos etnocentrismo, em outros espanto ou indignação, e fazem parte da eterna inquietação humana por responder a tudo. Para a Antropologia, esses dilemas colocam questões equivocadas, pois todas pretendem chegar a uma cultura primordial, perfeita ou explique que os povos que não a seguiram, são inferiores ou errados.

Para as Ciências Sociais, o ser humano é um animal cultural, ou seja, jamais será capaz de viver em sociedade sem produzir símbolos, interpretar ao seu modo o mundo que

o rodeia e assim produzir uma cultura original. Se vivemos em uma tribo, ou em uma grande metrópole como São Paulo ou Nova Iorque, somos o mesmo ser humano e o que muda, é a forma exterior da cultura que nos rodeia.

Vamos mudar nossa lógica anterior, que era a de evidenciar a diversidade cultural, e vamos olhar para os recursos as capacidades humanas que produzem essa diversidade. Em certa cultura, os indivíduos adoram a alguém ou algo que chamam “Alá”, em outra o nome é “Deus”, em outra ainda não existe um único, mas vários deuses. Bem, independente do nome e da forma como ritualizamos essa fé, o que leva o ser humano a fixar um nome ou um ritual, é a nossa capacidade, totalmente idêntica para todas as culturas de ter crenças. Assim, independente da forma desenvolvida, somos seres dotados da capacidade de acreditar em coisas que transcendem, que vão para além da matéria.

Outro exemplo. Em certas culturas o trabalho agrícola é uma tarefa feminina e em outras, masculina. Independente da forma como uma cultura divide socialmente as tarefas – quem fica responsável pelo que –, temos uma mesma capacidade: a de dividir socialmente as tarefas.

Ainda seguindo com nossos exemplos. Nas tribos não existe a noção de mercado, é uma forma de organizar as trocas materiais, com objetivo de lucro para quem oferece a mercadoria ou serviço. O que eles possuem, são as trocas baseadas em “escambo”, quando inexistente a moeda e ambas as partes oferecem algo que consideram de comum acordo, equivalentes. Independente da forma como é realizada, em comum existe nossa capacidade de avaliar trocas.

Independente da tecnologia ou conforto material desenvolvido por uma cultura, para as Ciências Sociais somos todos “animais culturais” indistintamente. A Antropologia não julga o aspecto exterior ou a produção material de uma cultura apenas, mas estuda e explora seu conjunto.

Apesar de você achar que não existe mais, o escambo ainda é uma forma de troca realizada em muitas partes do mundo e em muitos lugares a moeda é algo raro e ausente das relações sociais. Os indivíduos que vivem em grandes cidades, têm à sua disposição uma grande quantidade de meios de comunicação, mas desconhecem realidades sociais que não fazem parte do que chamamos “modernidade”. De fato, o que nos dá a sensação de que o mundo inteiro vive da mesma forma como nós vivemos, é o Etnocentrismo. Ele nos joga numa forma de isolamento de realidades alheias à nossa própria e nos faz julgarmos “atrasados” povos que ainda não aderiram totalmente à nossa forma de vida social.

Apesar da imensa diversidade cultural, somos seres da mesma espécie. Dependemos do convívio coletivo e da elaboração de uma cultura para nos realizarmos como seres humanos.

Para Lévi-Strauss, a diversidade cultural é apenas aparente. O ser humano possui uma mesma e única estrutura mental que o faz produzir cultura. Pense em um caleidoscópio.

Apesar de vivermos de formas muito diferentes de um lugar para o outro, temos as mesmas necessidades como seres da mesma espécie. Organizamo-nos coletivamente, criamos instituições capazes de resolver certos problemas, dividimos socialmente as tarefas, criamos grupos de apoio e de exercício de nossas habilidades sociais, defendemos nossa cultura, educamos as novas gerações de acordo com nossos valores, ritualizamos nossas crenças e ouvimos os nossos chefes. Não existe sociedade perfeita. Em todas elas

encontramos algum tipo de decisão que gera problemas, e aprendemos que nem sempre solução significa que tudo está resolvido.

Das tribos às metrópoles, o que muda é a quantidade de terra asfaltada e a quantidade de especialistas possíveis para resolver uma única questão, mas os princípios de organização são os mesmos. Lévi-Strauss, um grande antropólogo francês, comparou a diversidade cultural a um caleidoscópio. Nele, temos sempre uma mesma quantidade e cores de pedrinhas, mas, a cada vez que viramos o caleidoscópio, o que vemos no fundo é um arranjo completamente original de cores e formas, como se tudo tivesse sido trocado, mas não o foi. O mesmo fato acontece com o ser humano. Somos dotados das mesmas necessidades e capacidades, mas produzimos arranjos sociais originais e diferentes entre si. Essa perspectiva explicativa criada por Lévi-Strauss é conhecida como Estruturalismo. Compartilhamos uma estrutura mental, que é universal, entretanto nos expressamos de formas diferentes.

7.1 A pesquisa de campo produz o conhecimento antropológico

Todo o conhecimento antropológico e as novas formas de conceituar a diversidade cultural, que extrapolam imensamente o senso comum e a forma como nos relacionamos com as diferenças culturais, resultam de uma sistemática metodologia de pesquisa.

Para descrever, compreender e conceituar todo o universo cultural humano, os pesquisadores desenvolveram o que chamamos “pesquisa de campo”, ou “etnometodologia”. Basicamente, o pesquisador permanece durante um longo período de tempo convivendo com a cultura que deseja conhecer, abandonando sua mera condição de “observador alheio”. O antropólogo é aquele que participa, entrando em um mergulho profundo na visão de mundo e no cotidiano do “outro”. Quem criou os mecanismos desse tipo de pesquisa foi Malinowski. Isso possibilita uma mudança profunda na forma de interpretar o mundo por parte do pesquisador, pois ele deixa de ver o mundo com suas lentes anteriores e passa a ver o mundo pela perspectiva do outro. Ele se coloca no lugar do outro.

A Antropologia exige de seus pesquisadores a realização de uma pesquisa de campo, conhecida por etnometodologia. O pesquisador deve permanecer um longo tempo convivendo em outra cultura, fazendo parte dela, mas sem perder a perspectiva de um observador.

Após esse período de permanência em um universo completamente estranho, o pesquisador retira-se e coloca em avaliação tudo que conseguiu registrar daquela cultura por meio de anotações, fotos, filmes, entrevistas, memórias, que normalmente se concentram no que chamamos “caderno de campo”. Agora, não mais “contaminado” pela perspectiva alheia, mas capaz de refletir sobre ela, o pesquisador apresenta ao leitor uma nova forma de interpretar essa cultura, baseada nos princípios científicos de objetividade e experimentação.

Esse tipo de pesquisa é que apontou as falhas do Etnocentrismo e foi capaz de dar condições ao relativismo cultural e uma nova forma de nos relacionarmos com a diferença. Indo além das estatísticas e mergulhando nas razões mais profundas do comportamento do outro, adquirimos uma nova compreensão sobre a diversidade cultural.

Atualmente, a pesquisa antropológica é utilizada inclusive como recurso de exploração de nichos de mercado, para lançamento de novos produtos ou mudança de imagem institucional. Conhecendo a forma como o outro vê o mundo, é possível lhe apresentar soluções muito mais bem-aceitas e adequadas a seus padrões e valores.

Síntese

Indagar sobre o que é universal e particular no ser humano suscita curiosidade desde os primeiros pensadores das civilizações humanas. Apesar de afirmar o caráter da imensa diversidade cultural humana, a Antropologia realça estruturas que nos fazem iguais. Fazer cultura é uma característica humana universal, mas fazer determinada cultura é uma capacidade humana de criar diferentes respostas às mesmas necessidades.

Sugestão de leitura complementar

ROCHA, Everardo. O que é etnocentrismo, São Paulo, Brasiliense, 1998. (*utilizar especialmente os capítulos “Voando alto”, “A volta por cima”)

Módulo 8 - QUEM SOMOS, QUEM SÃO ELES: ADMIRAÇÃO E PRECONCEITO NA ALDEIA GLOBAL

Principais conceitos:

Globalização, inclusão, exclusão, identidade cultural, desenraizamento, tradição.

Objetivos

Conhecer as características da cultura, atualmente, considerando as novas tecnologias e meios de comunicação interativos. Refletir sobre as novas formas de construção de identidades culturais que passam pelo mundo real-presencial e pelo mundo virtual.

8.1 Globalização e diversidade cultural

A Globalização é um fenômeno que coloca em contato constante um número cada vez maior de povos e pessoas do mundo todo. Para a Globalização, contribuíram de forma decisiva a intensificação de atividades, como: o comércio exterior, a transnacionalização das grandes indústrias e empresas, o turismo; a valorização de serviços, como: a gastronomia, a disseminação dos meios de comunicação de massa ou ainda a valorização da escola como forma de educação no mundo todo.

As conseqüências diretas da intensificação de tais atividades foi colocar num contato, cada vez mais direto, culturas que antes viviam relativamente isoladas. Por meio do aumento da circulação de bens e pessoas, aumentou também a circulação de informações, idéias e conceitos entre povos do mundo todo. Entretanto, sabemos que essa circulação acaba impondo um certo modelo de cultura considerada “melhor” e “avançada” em detrimento de outras consideradas “exóticas”, “atrasadas” ou “piores”. A língua universal, não por acaso, hoje, é o inglês, e o que se globalizou, sendo encontrado em esquinas do mundo todo: as redes de sanduíches fast food de marcas como McDonald’s, e não o famoso pão de queijo mineiro, ou os tacos mexicanos. Portanto, sabemos que o país dominante economicamente se torna dominante também culturalmente.

Na Globalização existe uma hierarquia. Países dominantes economicamente tendem a ser dominantes culturalmente. É o caso da disseminação da cultura norte-americana por todo mundo atualmente.

Os costumes da cultura norte-americana são extremamente divulgados e disseminados que os de qualquer outra e tornaram-se o modelo ou a referência a partir da qual todos os povos precisam comparar-se, ou tentar equivaler-se. Nisso não há nenhuma novidade, não é mesmo? O que há de novidade na Globalização, quando se destaca a diversidade cultural, é que, agora, mais do que em qualquer outro momento histórico, temos

a oportunidade de que pessoas comuns e costumes de culturas não dominantes também sejam conhecidos globalmente. Hoje em dia, até mesmo os norte-americanos perceberam a importância de dar atenção a conceitos, métodos e técnicas de trabalho e a países como o Japão, a Tailândia, Índia ou a China. Procura-se na literatura especializada, tanto quanto na literatura tradicional desses povos, inspiração para planejar, solucionar, criar, relacionar ou re-construir métodos e técnicas de trabalho, formas de relacionarmos-nos uns com os outros ou estruturas mentais que possibilitem novas soluções pessoais/coletivas.

Ao mesmo tempo em que admiramos e citamos como exemplo certas condutas culturais “novas” para a maioria de nós, e que sempre foram tradição para outros povos, temos um conflito, pois também temos preconceito e não sabemos como enfrentar o diferente. É comum os alunos indagarem, “Mas o que é que podemos aprender, por exemplo, com os índios?”, pois ainda pensam as culturas de forma etnocêntrica, considerando os povos indígenas “primitivos”, povos que “não têm nada”.

As tribos indígenas, por exemplo, podem “ensinar” muito ao resto do mundo, apesar de não serem avançadas tecnologicamente. Eles possuem uma sabedoria social sobre como dividir tarefas e criar hierarquia sem diferenciar economicamente os indivíduos.

A resposta da Antropologia é simples. Eles são sociedades em que há hierarquia e divisão de tarefas, mas onde não há o exercício do poder. Vamos explicar melhor isso? As tribos são, socialmente, organizadas e com figuras sociais, como “pajé”, “cacique” ou “guerreiro”. Até aqui, nenhuma novidade, não é? Entretanto, apesar dessa organização, não existe diferença econômica entre seus membros; eles formam o que denominamos “sociedade planificada”, na qual todos estão em um mesmo plano de recursos econômicos. Portanto, não existem classes sociais. O cacique ocupa o mesmo tipo de moradia e dispõe da mesma quantidade de alimentos que qualquer indivíduo de seu grupo, portanto o fato de ocupar uma função de influência e importância não lhe dá prerrogativas de maior conforto material a não ser em ocasiões rituais.

Alguns autores da Antropologia associam essa ausência de privilégios à ausência do poder. Quando alguém exerce poder, não está necessariamente criando uma superioridade de condição em relação aos dominados? Pois bem, no caso das tribos, esse tipo de poder inexistente. As figuras de grande importância social, e que influenciam as tomadas de decisão do grupo, não são pessoas que desfrutam de privilégios materiais. Assim, o reconhecimento social da autoridade está baseado em coisas, como: a tradição, as habilidades pessoais demonstradas pelo indivíduo, a linhagem de seus ancestrais ou ainda eventos místicos. As tribos, como afirmado anteriormente, não são sociedades perfeitas, mas o fato de organizarem-se sem criar grandes diferenciações sociais gera um grupo em que existe a total ausência de fenômenos, como: criminalidade, prostituição, trabalho infantil, violência urbana; e em que são desnecessárias instituições, como: asilos, abrigos de menores e moradores de rua, manicômios, prisões e assim por diante.

O ser humano pode produzir uma sociedade mais justa, quanto mais reflete sobre a diversidade cultural, e pode buscar exemplos de soluções ideais em cada uma delas.

O que temos a aprender com os índios? Volto à nossa indagação inicial. E, após nossa reflexão antropológica, é possível responder. Eles conseguiram produzir uma sociedade em que existe respeito, autoridade, liderança e organização, sem discriminação, autoritarismo, imposição e exclusão. O que se propõe, não é uma volta à “Idade da pedra”, mas que nossa sociedade possa ter como exemplo não apenas o modelo de sucesso mercadológico americano, como um pouco também do modelo de sucesso social de nossos índios. Assim, o ser humano pode, sim, produzir uma sociedade mais justa, se conseguir, pelo debate, a exposição a conteúdos culturais cada vez mais diversificados e a reflexão coletiva, chegar a soluções menos etnocêntricas e mais originais. A Globalização pode oferecer nos

ferramentas para esse tipo de conduta. Os povos tradicionais da América Latina, da África, da Ásia e mesmo da Europa têm muito mais a oferecer à humanidade do que pratos exóticos e danças admiráveis. Existe uma sabedoria acumulada por séculos e séculos de culturas que são de uma imensa riqueza para todos nós.

Atualmente, um número cada vez maior de pessoas está aberta a esse tipo de atitude. Muitas vezes começa com oportunidades de exploração de nichos de mercado, como oferecer uma culinária exótica ou espetáculos artísticos tradicionais. Mas isso pode ser aproveitado também de forma a sensibilizar as pessoas a atitudes, como: respeito, à curiosidade de conhecimento dos outros povos, à defesa da preservação da diversidade cultural. Afinal, a cultura é o que está em transformação.

Inclusão social deve ser um conceito não apenas de políticas, como educação e acesso a tecnologias e qualificação profissional, mas também do mercado e das estratégias de consumo. Desenvolvimento de produtos baseados em tradições e necessidades locais, valorização da estética e dos valores locais, aproveitamento dos recursos comunicativos locais. Estes são apenas alguns exemplos de como o mundo da produção, das organizações, da publicidade e do mercado podem promover inclusão e respeito à diversidade cultural.

8.2 Identidade cultural em tempos de globalização

Com o fenômeno da Globalização, que coloca num ritmo acelerado de contato um grande número de culturas, podemos questionar-nos a respeito do processo de construção das identidades culturais. Ainda existem identidades próprias ou somos resultado de um grande e flexível mercado global?

A Globalização permite tanto a exploração comercial da diversidade cultural, como a solução de problemas sociais e a criação de uma sociedade mais justa.

Atualmente, inclusão social implica também respeito às diferenças e respeito às tradições de povos não dominantes economicamente.

Para começar essa reflexão, é interessante pontuar algumas características da Globalização, cujos fenômenos culturais são denominados na Antropologia de “Pós-modernidade”. Essa época caracteriza-se, por um fenômeno original em relação às identidades culturais, pois até a modernidade, antes da Globalização, as culturas eram enraizadas, faziam parte da história de um povo e um lugar. Agora, em tempos de Globalização e Pós-modernidade, os símbolos de muitas culturas migram pelo mercado, o turismo, a aceleração do contato mundial.

Vamos compreender melhor. Antes da Globalização, as culturas rotuladas de “atrasadas” eram submetidas aos símbolos das culturas dominantes na tentativa de incorporar uma identidade de “avançadas”, “evoluídas”. Assim, havia uma “mão única” de influência cultural. Era questão de estatus parecer-se e comportar-se como um europeu ou um norte-americano. Eles levavam seus símbolos e costumes para os países sob sua influência e isso era sinal de progresso, avanço, modernidade.

Agora, a diferença é que esse tipo de procedimento tem “mão dupla”. Em tempos de Pós-modernidade, os europeus e norte-americanos passam a utilizar símbolos e costumes de culturas tradicionais, sem que isso seja sinal de “atraso” ou “esquisitice”. Vamos pensar em alguns exemplos. A indumentária africana tradicional passou a ser valorizada como artigo “étnico” por grifes bem posicionadas no mercado. Os objetos de artesanato indígena sul-americanos ou orientais passaram a ser disputados por decoradores e lojas voltadas a

um público consumidor de alto poder aquisitivo em países da Europa e nos Estados Unidos. O hábito de comer peixe cru, o famoso sushi, passou a fazer parte do cotidiano de pessoas do mundo todo, bem como a culinária chinesa, que se tornou rede de fast food.

Antes da Globalização, isso seria considerado sinal de mau gosto, esquisitice ou falta de adequação a padrões “normais”. A Pós-modernidade possibilitou a migração dos símbolos culturais, de sua utilização em novos e originais contextos, provocando seu **desenraizamento**.

Antes da Globalização, era comum entendermos que as culturas consideradas “atrasadas” deveriam ser modificadas para se parecerem mais com as “avançadas”. Hoje já não se pensa assim.

“Desenraizamento” cultural é exatamente os processos pelos quais os símbolos ou valores de uma cultura perdem seu contexto apenas local e migram para influenciar outras culturas livremente, sem que ninguém se preocupe com sua origem.

Vamos comparar agora:

Até a Modernidade, Pré-globalização:



Características da identidade cultural:

- Baseada na tradição local, enraizamento;
- Os indivíduos possuem um único modelo de socialização-endoculturação;
- Transformações em ritmo lento, decorrentes da valorização das tradições locais;
- A cultura desenvolve-se em um território geograficamente delimitado, real;
- A cultura desenvolve-se como resultado da interação de um povo.

Até a Modernidade, Pré-globalização:



Características da identidade cultural:

- Baseada na velocidade de transformação, desenraizamento;
- Os indivíduos possuem muitos modelos de socialização-endoculturação pelos meios de comunicação;
- Transformações em ritmo acelerado, decorrentes da valorização das “novidades”, das mudanças;
- A cultura desenvolve-se em dois tipos de territórios: o real geograficamente delimitado, e o virtual, que é o mundo do consumo e das comunicações interativas, como Internet e celulares;
- A cultura desenvolve-se como resultado da interação de vários povos;
- Os indivíduos são produtos de muitas influências, como uma bricolagem (aqueles trabalhos manuais em que utilizamos materiais procedentes de diferentes recursos para compor uma coisa original).

Em tempos de Globalização, todos os lugares estão-se comunicando simultaneamente e os símbolos culturais flutuam livremente por lugares virtuais, como o mercado e os objetos de consumo, as comunicações virtuais não-presenciais e interativas.

Em função disso podemos observar alguns fenômenos com os símbolos. Por exemplo. Antes da Pós-modernidade, apenas as pessoas que tivessem uma motocicleta Harley Davidson, interessavam-se em utilizar esse logotipo ou toda a estética de motociclista culturalmente construída em torno dessa atividade. Atualmente, essa marca transformou-se em símbolo de liberdade e forma de expressão, sendo incorporada e utilizada por pessoas que nem sequer possuem uma motocicleta e muito menos uma Harley. A estética do motociclista, ou suas partes, está presente em vários grupos e pode ser usada apenas como recurso visual.

O mesmo fato ocorre com os automóveis antes meramente utilitários, os chamados off-road. Desenvolvidos inicialmente para servirem a tarefas do campo ou militares, foram a princípio incorporados por esportistas. Em tempos de Globalização, pessoas que nem sequer se interessam em dirigir em estradas de terra, e muito menos são esportistas, militares ou trabalhadores do campo, consomem avidamente esses veículos para expressar estatus, identidade ou simplesmente para sentirem-se “diferentes”.

Com a Globalização e o desenraizamento, os símbolos perdem suas raízes, e muitas pessoas sentem-se livres para utilizá-los em contextos diferentes dos originais e com novos e criativos significados.

Você pode perceber como símbolo e coisas unem-se? Um não existe sem o outro. E estamos vivendo atualmente fenômenos que ainda prometem uma infinidade de manifestações culturais em função do desenraizamento simbólico.

As tradições não sumiram, como muitos pensam sobre as constantes mudanças da nossa sociedade. Atualmente é muito mais valorizado falarmos no valor da identidade cultural, na originalidade de um povo.

Na Pós-modernidade, as tradições sumiram? Não, transformaram-se em espetáculos de mídia e turísticos e muitas foram revividas e retomadas após um longo abandono e falta de valorização. Atualmente são mais respeitadas, pois já não significam “coisa de gente atrasada”. Ao mesmo tempo, os símbolos, antes apenas tradicionais, estão migrando por todas as partes, perdendo seu significado original. A Antropologia, como ciência, não se preocupa em julgar se isso é “bom” ou “ruim”. Cabe, sim, uma reflexão sobre o novo papel da cultura em nossas vidas, como cidadãos, profissionais e pessoas comuns.